

# **ALÉM DE 4 PAREDES**

A MORADIA COMO ELEMENTO DE REINTEGRAÇÃO À SOCIEDADE

---

**VITOR HUGO PACHECO NUNES PIRES**

Prof. Orientador: Samuel Steiner dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Tecnológico  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Trabalho de Conclusão de Curso  
Florianópolis, Março de 2021

# SUMÁRIO

<b>O1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>O1</b>			
	.1 Problemática		01	.3 Revitalização Urbanística	19
	.2 Objetivo		01	.4 Definições Urbanas	19
	.3 Metodologia		02	.4.1 Sistema Viário	19
<b>O2</b>	<b>HISTÓRICO</b>	<b>O3</b>		.4.2 Quadro de Necessidades	20
	.1 Do Feudalismo ao Capitalismo: o problema da rua a partir dos feudos		03	.4.3 Partido Arquitetônico	20
	.2 A população de rua no Brasil a partir da Lei Áurea		04	.4.4 Partido Urbanístico	21
	.3 Políticas Higienistas: a campanha que levou milhares de pessoas às ruas		05	<b>O6 O ESPAÇO DE ACOLHIMENTO</b>	<b>22</b>
	.4 Movimento Nacional da População de rua		05	.1 A Reforma da Antiga Defensoria	23
<b>O3</b>	<b>PERFIL DO MORADOR DE RUA</b>	<b>O7</b>		.2 A Nova e Antiga Arquitetura	24
	.1 No Brasil		07	.3 A Intenção do Espaço Público	24
	.1.1 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua		07	<b>O7 O CENTRO DE ACOLHIMENTO</b>	<b>25</b>
	.1.2 Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. IPEA, 2016.		10	<b>O8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>39</b>
	.1.3 Cadastro Único e o aumento da população em situação de rua no Brasil		12		
	.2 Na Grande Florianópolis		13		
	.2.1 Diagnóstico Social Participativo		13		
<b>O4</b>	<b>LOCAIS E INSTITUIÇÕES EM FLORIANÓPOLIS</b>	<b>15</b>			
	.1 Centro POP		15		
	.2 Passarela da Cidadania		15		
	.3 Rede Com a Rua		16		
<b>O5</b>	<b>AMPLIAÇÃO DO SUPORTE</b>	<b>18</b>			
	.1 Diretrizes		18		
	.2 Área de Intervenção		18		

# O1. INTRODUÇÃO

## O1.1. PROBLEMÁTICA

A partir de reuniões semanais com o grupo assistencial Rede com a Rua, a vivência no Centro de Florianópolis e a leitura de pesquisas, como a feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2009 e a do IPEA em 2016, além de leituras bibliográficas em textos relacionados à situação desta população, pôde se perceber que o preconceito, a violência, a falta de oportunidades, a falta de informações, o rompimento do vínculo familiar e a falta de ligação com o atual sistema político aumentam e evidenciam cada vez mais a presença da população em situação de rua no Brasil e na Grande Florianópolis. Além disso, também é evidente que o aumento da população de rua é causado "pela remoção e a perda de moradias" (CAPOMACCIO, 2020).

Diante de tal realidade, antes de propormos qualquer dinâmica envolvendo esse grupo, como um trabalho psicossocial que busque elevar a autoestima, estimular o aumento da compreensão sobre o que significa a sua própria condição de rua - o que daria a eles discernimento para reivindicar seus direitos e buscar novos projetos para saírem das ruas - devemos estabelecer políticas públicas contrárias à repressão, à pobreza e à mendicância, pois apesar de alguns governos darem ênfase a um tratamento governamental sistemático a essas pessoas, a falta de coordenação entre União > Estado > Município faz com que haja a falta de financiamento necessário a essas políticas, levando ao negligenciamento de aspectos como moradia, higiene e saúde da população ao mesmo tempo em que aumenta a prática de repressão e problemas causados pelo aumento descontrolado da população em situação de rua. No primeiro censo e pesquisa nacional feito pelo MDS em 2009, existiam cerca de 31.922<sup>1</sup> pessoas em situação de rua no território brasileiro. Apesar de não ser um número totalmente preciso, são quase 70 mil pessoas a menos do que a última estimativa publicada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) feita em 2016 a partir de um modelo matemático que chegou a marca de 101.854 pessoas.

Vale a pena ressaltar que os fatores políticos não são as únicas mudanças visadas, mas são aquelas em que mais podemos nos esforçar a redirecionar, pois assim, podemos criar cada vez mais políticas que favoreçam essa população, dando suporte e um espaço próprio para que esse grupo em especial possa se sentir seguro em sua busca pela superação da condição de rua. Além disso, com novas políticas públicas, podemos incentivar essa população a se engajar na sua própria luta de classes através da educação, conforme MORAES (2015):

"(...) como ferramenta essencial para o desenvolvimento...

...da autonomia do sujeito fazendo com que este se perceba como construtor e transformador da realidade em que vivemos. A educação consiste em uma ferramenta de organização política dos sujeitos e luta por direitos. Com ela, as chances de reinserção destas pessoas no mercado de trabalho e a superação da extrema pobreza tornam-se mais palpáveis"

Por fim, este TCC surge a partir do reconhecimento de um problema: a falta de políticas públicas incisivas permite a descentralização dos serviços prestados para essa população em situação de rua e a manutenção de problemas, como a exclusão dessa parcela da população da sociedade. Isso possibilita que o tempo e a distância para a garantia de acolhimento, resolução de problemas relacionados à documentação, alimentação e bem-estar acabe por se tornar muito elevado. Assim, a situação que era para ser temporária acaba se tornando permanente, o que dificulta o acolhimento da população e a obtenção de uma maior segurança para se dedicar na busca por uma formação técnica e profissional, intelectual, de solidariedade, saúde mental e física, organização política e criação de um caráter integral do sentido de cidadania que as realoque no mercado de trabalho, também fora da condição de pobreza extrema, das ruas e consiga, de maneira resoluta, reintegrá-los à sociedade.

## O1.2. OBJETIVO

O TCC tem como objetivo a proposição de um projeto arquitetônico integrado com a dinâmica urbana através da criação de um Centro de Acolhimento que permita o auxílio de grande parte das problemáticas enfrentadas por esse grupo: como a reelaboração de seus documentos, retomada dos estudos a partir do EJA (Educação de Jovens e Adultos), disposição de cursos preparatórios e técnicos, criação de currículos, triagem de saúde, espaços para alimentação e pernoite, etc.

Ao mesmo tempo que o Centro possa dar todo o suporte para os usuários, isso não é sinal de que ele possa ser reintegrado de uma maneira tão rápida e fácil, pois ainda há preconceito para com essas pessoas. Por isso, além de acolher e dispor de ações assistencialistas, o espaço é estudado para que se integre com a dinâmica urbana da cidade e permita a convivência entre todos, na busca pela desconstrução de parte do preconceito histórico e cultural que existem em relação a esse grupo.

<sup>1</sup>O número não é preciso pois a pesquisa deixou de fora os estados de São Paulo e Minas Gerais, visto que estes já estavam fazendo pesquisas no âmbito estadual.

## O1.3. METODOLOGIA

Para que seja alcançado o objetivo proposto, o trabalho foi desenvolvido a partir das seguintes atividades e etapas:

- I. Realização de entrevistas com agentes públicos, ONGs e entidades privadas que trabalham com as pessoas em situação de rua em Florianópolis;
- II. Aproximação com grupos organizados que estabeleceram vínculos com as pessoas em situação de rua de Florianópolis;
- III. Observação e conversas informais com as pessoas em situação de rua de Florianópolis;
- IV. Levantamento bibliográfico de obras críticas à realidade, causas e ações voltadas as pessoas em situação de rua, no Brasil e em Florianópolis;
- V. Levantamento de pesquisas realizadas sobre a população em situação de rua no Brasil e em Florianópolis (caracterização geral, aspectos específicos, renda, ocupação, trajetória, saúde, educação, raça, etc);
- VI. Comparação entre as pesquisas mais importantes realizadas no Brasil e em Florianópolis para a retirada de conclusões e diretrizes para a proposição do projeto;
- VII. Levantamento dos principais grupos de apoio as pessoas em situação de rua e seus papéis assistenciais;
- VIII. Escolha do terreno a partir das sínteses dos problemas vistos no levantamento de dados;
- IX. Proposta Arquitetônica.

"(...) o desempenho da arquitetura e do urbanismo não se reflete apenas na produção de projetos, (...) está diretamente vinculado a aproximação, diálogo, compreensão de realidades, suas necessidades, e na busca por encontrar respostas e saberes que possam ser reproduzidos e compartilhados em territórios. Não está nas mãos dos arquitetos a construção da beleza estética de um território, e sim naqueles que o habitam" (Bloco ADH, 2019, pág. 445).



FIGURA 1. Morador em situação de rua. Foto: Carolina Valtuille.

# O2. HISTÓRICO

## O2.1. DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO: O PROBLEMA DA RUA A PARTIR DOS FEUDOS

A existência de pessoas em situação de rua não é atual, como o capitalismo. Nós estamos em um mundo onde grande parte da população não convive com outro sistema além do capitalismo e acaba se tornando difícil considerar que este sistema econômico relaciona-se diretamente com o surgimento e o aumento das pessoas em situação de rua pelo mundo. Contudo, a história nos diz o contrário e conforme iremos compreender mais a frente, a miséria é proporcional a riqueza e quanto mais produzimos capital, mais produzimos miséria.

Pouco antes da pandemia de peste negra que devastou o mundo no séc. XIV, a relação da população em geral com as pessoas em situação de rua era "amigável", pois eles eram considerados pela igreja franciscana como "santos". No entanto, segundo Martins Tiengo (2018 apud SNOW; ANDERSON, 1998), após o fim do surto de peste negra os valores religiosos tomaram outro caminho e o mundo passou a ver essa parcela da população como "vagabundos ou prostitutas", culminando no que viria a ser a primeira lei de vadiagem desenvolvida pela sociedade em 1349.

Somado a isso, Silva (2009 apud MARTINS TIENGO, 2018) afirma que com o surgimento das sociedades pré-industriais, os camponeses foram expulsos de suas terras e de suas propriedades, visto que elas acabariam sendo transformadas em pastagens de ovelhas para a criação de lã<sup>2</sup>, o que faria com que o lucro dos proprietários fosse maior do que o lucro advindo da subsistência dos camponeses. Vale lembrar que os trabalhadores não tinham o direito sobre a terra e os senhores feudais permitiam a utilização desta para a subsistência no custo de certas taxas em cima do produto final.

Porém, visto que a mão de obra era exorbitante para os novos trabalhos, muitos camponeses perderam seus empregos e direito à moradia. Nesse contexto, muitos deles acabaram indo às ruas e começaram a ser classificados pelo senhores feudais, conforme MARTINS TIENGO (2018):

"(...) entre aptos e inaptos ao trabalho, os aptos ao trabalho, que mendigavam e vagavam pelas ruas e eram considerados vagabundos, a eles cabia disciplina, pois não meceriam a caridade. Os incapazes ao trabalho recebiam uma licença para mendigar, a eles cabia uma escassa assistência"

Logo, podemos perceber que "as condições histórico-estruturais que originaram e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua na sociedade capitalista são as mesmas que deram origem ao capital e asseguraram a sua acumulação" (SILVA apud MARTINS TIENGO, 2018, p. 145) pois para manter o capitalismo em funcionamento, esse "exército de reserva"<sup>3</sup> - decorrente da grande porcentagem de desemprego - era fundamental para a estimulação da oferta e procura por trabalho, de forma a atender as necessidades da expansão do capital.

Não é exceção que o mundo possui pessoas que pensam que através do aumento da riqueza de um país, a pobreza deveria diminuir. No entanto, por mais ilógico que possa ser, a questão é que quanto mais capital acumulado alguém possuir, mais desigualdade na distribuição da riqueza existirá (MARX apud MARTINS TIENGO, 2018):

"O capitalismo promove acumulação, objetiva-se acumular cada vez mais com um número reduzido de trabalhadores, que são cada vez mais explorados e submetidos ao capital. Assim, seja aumentando o tempo de trabalho ou instalando máquinas mais eficazes, que permitam ampliar a produção reduzindo o número de trabalhos, a exploração é intensificada"

E para que essa exploração ocorra, é necessário que o número de pessoas desempregadas cresça mais do que o número de vagas abertas - a única mercadoria realmente relevante do capitalismo é a força de trabalho - pois "além do produto necessário ao processo de acumulação capitalista, os supranumerários funcionam como uma alavanca de acumulação. Sua existência é requisito básico, condição necessária à vida desse modo de produção" (MARTINS TIENGO, 2018, p. 139).

Sendo assim, podemos afirmar que as pessoas vão às ruas porque a estrutura da sociedade em que vivemos é toda baseada no "(...) processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo" (SILVA, 2009, p.97). Um modo de produção em que se exige a existência de pessoas que não conseguirão inserção no mercado formal de trabalho, aumentando a exploração a cada dia em que o capitalismo se desenvolve.

E mesmo com os fatos levando à questão do capitalismo como principal problemática para o aumento da população em situação de rua, devemos lembrar que a questão "população em situação de rua" não é simples. Existem diversos fatores, tais como "o desentendimento com familiares, a perda de laços afetivos importantes por causa da morte de um parente ou cônjuge, a utilização de álcool e outras drogas, a

<sup>2</sup>Na revolução industrial inglesa. Porém, não foram em todos os países em que a principal manufatura era a tecelagem de lã. No Brasil, por exemplo, com a crise do café, as indústrias foram principalmente criadas para o processamento alimentício e produção de tecidos. (MOURTE, STEFANIE, 2014). | <sup>3</sup> MARX, Karl. O capital - Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 661 - 674.

vivência, o sofrimento psíquico, dentre outros" (MARTINS TIENGO, 2018, p. 143). No fim, a situação de rua não é uma opção escolhida pelas pessoas, é um produto do capitalismo. São as pessoas que compõem essa tal "superpopulação relativa", vital à sobrevivência do capitalismo.

## O2.2. A POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL A PARTIR DA LEI ÁUREA

Ao longo dos séculos, a escravidão no território brasileiro era o único sistema - com sua manutenção de responsabilidade do Estado - que garantia a produção econômica em grande escala, voltada principalmente para atender às demandas do continente europeu (IANNI, 1994; THEODORO, 2004 apud CERQUEIRA, 2011).

Com a promulgação da Lei Áurea, sancionada pela Princesa Dona Isabel no dia 13 de maio de 1888, possibilitou-se "total liberdade" aos sujeitos escravizados no Brasil. Essa "total liberdade" conforme MARINGONI (2011) não era ampla, visto que:

"A campanha abolicionista, em fins do século XIX, mobilizou vastos setores da sociedade brasileira. No entanto, passado o 13 de maio de 1888, os negros foram abandonados à própria sorte, sem a realização de reformas que os integrassem socialmente. Por trás disso, havia um projeto de modernização conservadora que não tocou no regime do latifúndio e exacerbou o racismo como forma de discriminação"

Essa modernização conservadora era a implantação de uma dinâmica capitalista que, conforme MARINGONI (2011), se irradiava pela base produtiva e transformava a oligarquia agrária em uma crescente burguesia. Esse novo tipo de economia era servida basicamente de uma mão de obra imigrante que sobrepujava a preocupação com o destino dos ex-escravizados (MARINHO DE AZEVEDO apud MARINGONI, 2011):

"A força de atração destas propostas imigrantistas foi tão grande que, em fins do século, a antiga preocupação com o destino dos ex-escravos e pobres livres foi praticamente sobrepujada pelo grande debate em torno do imigrante ideal ou do tipo racial mais adequado para purificar a 'raça brasileira' e engendrar a identidade nacional"

Assim, mesmo considerados livres, os ex-escravizados e a sociedade ainda viam o trabalho como punição, visto que nobre nenhum trabalhava (THEODORO, 2004 apud CERQUEIRA, 2011). Isso acarretou na permanência das atividades que demandavam de serviço braçal como inferiores, causando uma certa negatividade por parte dos trabalhadores (IANNI, 1994; VALLADARES; 1991 apud CERQUEIRA, 2011).

Essa negação fez parte de um processo de reestruturação econômica e social na qual o Brasil passava, já que aqueles que aceitavam - normalmente os recém-libertos - ainda permaneciam nas propriedades rurais dos seus senhores sob um trabalho assalariado de remuneração mínima.

Ao final do séc. XIX, a população brasileira - apesar de pequena elite branca - já era muito diversificada, sendo composta por ex-escravizados, filhos bastardos da elite branca, indígenas e brancos da classe baixa e imigrantes europeus e japoneses. Essa classe trabalhadora geralmente excedia o número de vagas disponíveis de emprego e agia como uma "massa marginal" - conceito oposto à concepção de exército industrial de reserva existente na Europa, pois o "(...) primeiro baseia-se na afuncionalidade da superpopulação relativa, ou seja, na sua disfuncionalidade em relação ao mercado de trabalho, enquanto o outro é sempre considerado funcional na manutenção do sistema capitalista, já que o impulsiona" (NUN, 1978 e THEODORO, 2004 apud CERQUEIRA, 2011).

Com isso, constata-se que o fim da escravatura foi decisivo para o lançamento de milhares de ex-escravizados às ruas. A concorrência na busca por empregos era realizada com brancos pobres e imigrantes que chegavam ao país. Portanto, não tinham chance alguma diante das condições que uma sociedade fundamentalmente racista impunha a eles. Sem recursos para conseguir subsistir na sociedade, vagando pelas cidades brasileiras praticando a mendicância, cometendo furtos ou sujeitando-se às péssimas condições de trabalho impostas pela elite branca, os que conseguiam moradia iam em direção às recém criadas habitações coletivas, os cortiços<sup>4</sup>.

É por meio dessa grande procura que "as densidades demográficas e domiciliares se tornaram cada vez mais altas no Brasil em virtude da emergência das indústrias, que ampliavam as ofertas de emprego e provocavam o movimento migratório rumo às cidades mais desenvolvidas" (CERQUEIRA, 2011, p. 76). Isso causou a diminuição das condições de higiene das edificações e nos arredores, aumentando a proliferação de epidemias entre a população. Porém, o que fez com que o Estado tivesse que intervir com políticas higienistas não foram as epidemias afetando a população de mais baixa renda, mas sim perceber que essas doenças passaram a afetar a elite branca e os imigrantes responsáveis pelo embranquecimento do país.

<sup>4</sup>Eram apenas classificadas como cortiços as construções de mais de uma edificação em um lote urbano, com vários cômodos alugados, superlotação no mesmo ambiente, espaços de circulação comunitários e infraestrutura precária (CHALHOUB, 1996 apud CERQUEIRA, 2011).

## O2.3. POLÍTICAS HIGIENISTAS: A CAMPANHA QUE LEVOU MILHARES DE PESSOAS ÀS RUAS

Comparada com as cidades inglesas no período vitoriano<sup>5</sup>, a cidade brasileira do Rio de Janeiro era "(...) conhecida como a capital das epidemias (...), e era sabido que a propagação das doenças estava diretamente relacionada às péssimas condições de higiene" (CERQUEIRA, 2011, p.70). Por isso, com o slogan de busca da "preservação da saúde pública" uma equipe de médicos higienistas passou a estabelecer normas e hábitos para a conservação da saúde da cidade, visando, sobretudo, o bem-estar da elite fluminense.

Dessa forma, o principal alvo da campanha foi o modo de vida de quem morava na cidade, pois a maior expressão de insalubridade eram os moradores dos cortiços e "na opinião das elites, o cortiço era o local em que germinava o mal que colocava em risco a saúde da população como um todo" (VALLADARES, 1991 apud CERQUEIRA, 2011).

De certa maneira, a cidade deveria passar por políticas higienistas. Porém, estas deveriam ter sido visadas buscando o bem-estar de toda a população e não só de uma minoria da elite. Para exemplificar essa situação, além do alvo nos cortiços, temos a priorização do combate à febre amarela ao invés do combate à tuberculose, pois a primeira afetava mais os imigrantes e atrapalhava os planos de embranquecimento do país. Com isso, a truculência e imposição feita pelos médicos e políticos para que as políticas fossem implantadas fez com que a população ficasse descontente e desencadeasse revoltas, como a Revolta da Vacina em 1904.

Com as revoltas, a repressão veio e grande parte da população - em sua maioria pobre - foi banida para outros estados. Sem documentos e sem emprego, essa população deu início ao processo de distribuição da população em situação de rua, fazendo com que não apenas a região sudeste possuísse uma grande quantidade como hoje, mas as regiões nordeste e sul também. Junte isso com a "efetiva regulação do trabalho e do mercado de trabalho brasileiro" (CERQUEIRA, 2011, p.72) e temos dois picos diferentes no Brasil: o fortalecimento do Estado e a falta de desenvolvimento social da população.

Para Ianni (1994), a expansão do capitalismo no Brasil fez com que as desigualdades sociais crescessem, conforme CERQUEIRA (2011 p.74):

"(...) não havia moradia e nem trabalho para todos os que buscavam. O aumento do número de pessoas em situação de rua também era esperado como consequência da expansão do capital, da formação do exército industrial de reserva e da oferta sempre maior que a demanda por trabalho"

Todavia, mesmo com os problemas impostos pelo próprio Estado, Ianni (1994) defende que para a redução de quaisquer desigualdades deveria e deve existir certa articulação das partes interessadas e isso não aconteceu com o caso da população em situação de rua.

Este grupo social demorou a garantir a luta por seus direitos sociais e lançou apenas no ano de 2005 o Movimento Nacional da População em situação de rua.

## O2.4. MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA

19 de Agosto de 2004. Sete pessoas assassinadas enquanto dormiam no centro de São Paulo. Segundo investigações da época (EBC, 2015), o objetivo era silenciar os moradores que sabiam do envolvimento de policiais com o tráfico de drogas.

Essa barbárie fez com que construções coletivas dentro e fora do círculo social das pessoas em situação de rua começassem a surgir, se transformando em "(...) luta para grupos religiosos, militantes e entidades ligadas aos direitos humanos" (LEMÕES, 2019, pág. 124). Ademais, o luto experimentado por pessoas ligadas diretamente ou indiretamente a esse grupo construiu a engrenagem necessária para o surgimento de um novo movimento social "(...) articulado por diferentes organizações sociais, instituições de acolhimento, "moradores de rua" e "ex-moradores de rua" (alguns sobreviventes do massacre da Sé)." (LEMÕES, 2019, pág. 124) o chamado Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

Com o passar do tempo, o Movimento cresceu, se tornando um espaço complexo voltado à "(...) intervenção, reflexão, proposição e mobilização social (...)" (LEMÕES, 2019, pág. 124) através da luta por políticas públicas específicas. Essa pauta fez com que a população em situação de rua fosse convidada pela SDRPR (Secretaria Nacional de Assistência Social) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a realização do I Encontro Nacional de População em Situação de Rua onde também participariam o governo, a sociedade civil como um todo, os movimentos sociais adjacentes ao MNPR e algumas organizações não-governamentais (BRASIL, 2013).

Neste encontro foi construído o primeiro esboço do que seria a Política Nacional para a População em Situação de Rua, além de subsídios, segundo a Secretaria, para o texto da Lei nº 11.258, que altera a Lei Orgânica de Assistência Social e inclui atendimento para aqueles em situação de rua. Conforme Ferro apud Brasil (2013, p.18):

"A partir de 2005, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), inicia-se um processo sem precedentes na história do Estado brasileiro de discussão sobre o fenômeno social das pessoas em situação de rua. Igualmente, de forma também inédita, o Governo Federal promove várias iniciativas que (...)"

<sup>5</sup> Período entre 1837 e 1901 onde a Rainha Vitória reinou a Inglaterra.



"(...) possibilitaram a participação da sociedade civil na discussão e formulação de políticas públicas destinadas a essa população. Esta mudança aponta para um projeto político não apenas diferente, mas antagônico ao que vinha sendo praticado historicamente pelo Estado. Um projeto no qual, pela primeira vez, a inclusão dos - invisíveis - torna-se importante"

Nessa conjuntura, "(...) um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que foi coordenado pelo MDS (...)" (BRASIL, 2013, p. 18) se aprofundou na construção do texto em que criaria a Política Nacional em Situação de Rua (PNPR). Cinco anos depois do I Encontro Nacional da População em Situação de Rua, a realização de um segundo encontro consolidou, após participação da sociedade civil no debate para políticas para pessoas em situação de rua (FERRO, 2013 apud BRASIL, 2013, p.18) a instituição da PNPR, através do Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009 que definiu o grupo populacional das pessoas em situação de rua como:

"Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória"

O decreto ainda previu princípios, diretrizes e objetivos como: respeito à dignidade da pessoa humana, direito à convivência familiar e comunitária, valorização e respeito à vida e à cidadania, promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento, etc. A PNPR, conforme Brasil (2009), enfoca na diversidade de setores como estratégia para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua, assegurando a efetividade e a qualidade da atenção ofertada.

Para difundir os ideais pelo país, o MNPR entendia que quanto mais acesso à informação era dado as pessoas em situação de rua, mais difundida se tornava a pedagogia informativa dos direitos das pessoas em situação de rua (LEMÕES, 2019) e mais pessoas se tornavam intimamente ligadas à "(...) concepção moral do morador de rua politizado, informado, engajado e detentor de uma gramática específica de interação" (LEMÕES, 2019, pág. 126).

Por isso a criação de cartilhas e manuais para a proliferação destas informações. Contudo, conforme Lemões (2019, pág.128):

"(...) documentos deste gênero não apontam apenas caminhos de acessos condicionados ao mundo de direitos. A cartilha Direitos do Morador de Rua: um guia na luta pela dignidade e cidadania (...) - expõe os direitos à moradia, ao trabalho, à saúde e à assistência social em seções separadas de um capítulo intitulado 'direitos do morador de rua'"

Eles se preocupam em indicar as pessoas quais são seus direitos e como esses direitos podem ser reivindicados, estimulando a ação individual de cada uma destas: "defenda, sugira, participe, reivindique, procure, organize, estimule, promova, reclame, mobilize-se" (LEMÕES, 2019, pág. 128).

Hoje, o MNPR é difundido pelo Brasil com Congressos Nacionais sendo conduzidos entre os coordenadores estaduais do Movimento a cada dois anos com o objetivo de deliberar sobre as estratégias e ações da militância em todo o país. No último congresso, segundo a FNA (Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas), participaram do evento 50 apoiadores, entre arquitetos e urbanistas, assistentes sociais, jornalistas e profissionais da área do direito. Apesar do Congresso reunir grande parte dos coordenadores pelo Brasil, ainda é de ação dos militantes do Movimento a conscientização da população em situação de rua sobre os seus direitos, deliberando ações e estratégias através de reuniões com ONGs e grupos voluntários com o mesmo objetivo: alimentar o sonho de recuperação de quem está na rua. Em Florianópolis, a ação é em grande parte feita por uma rede de instituições que, junto com coordenadores do Movimento aqui em Florianópolis, promovem ações de auxílio as pessoas em situação de rua ou àquelas que começaram agora a sair das ruas e ainda estão passando por dificuldades para se adequarem à essa nova vida fora das ruas.

"O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro capitalista, etc., são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais" (GOHN, 2012, pág. 20 apud GOHN, 1988).

# O3. PERFIL DO MORADOR DE RUA

## O3.1. NO BRASIL

O Brasil possui, hoje, uma base de dados oficial sobre a população em situação de rua, o Cadastro Único do Governo Federal. Porém, desde sua exposição ao público em meados de 2003 (BRASIL, 2020) a especificidade nas respostas dos formulários do Cadastro estava sempre ligada ao público com baixa renda, não necessariamente pessoas em situação de rua.

Apenas com a publicação do 1º Censo e Pesquisa Nacional em 2009 - ainda considerado o maior já feito no Brasil - que o Governo passou a implementar questionários que incluíssem a População em Situação de Rua no quantitativo. Isso ajudou no levantamento do número de pessoas em situação de rua, mas a falta de procura do público nos primeiros anos fez com que o Ministério do Desenvolvimento do Governo Federal procurasse o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada no ano de 2016 e pedisse a publicação de uma outra pesquisa feita com a população em situação de rua - principalmente partindo dos números disponibilizados pelo Censo do Sistema Único de Assistência Social.

Com essa nova estimativa da quantidade de pessoas em situação de rua no Brasil, principalmente porque o Cadastro Único estava defasado<sup>6</sup> e seus números se mostravam incompatíveis com os números apresentados pelo Censo SUAS dos municípios, pode-se perceber um aumento considerável no número, porém, sem especificar mais nenhum tipo de característica, o que é necessário para a identificação desse grupo social para implementar políticas públicas mais incisivas.

No entanto, paralelamente ao aumento do número de pessoas em situação de rua, o número de centros especializados no atendimento a essa população também aumentou (BRASIL, 2019). Esse crescimento fez com que o Cadastro Único se tornasse cada vez mais utilizado - devido ao direcionamento ao Cadastro feito pelos Centros - e hoje, podemos garimpar características específicas desse grupo social, além de seus números mais recentes, o que garante uma quantidade de informações importantes para a realização de políticas públicas específicas a esse grupo.

### O3.1.1. 1º CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Para que as políticas públicas discutidas no I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua fossem implantadas, existiram discussões relacionadas aos estudos que deveriam ser feitos para "(...) quantificar e permitir a sua caracterização socioeconômica" (BRASIL, 2008 apud BRASIL, 2016) além de criar uma linha guia para as políticas públicas que seriam criadas posteriormente.

Para isso, foi feito - através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome<sup>7</sup> - o 1º Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua. Nesta pesquisa, segundo o relatório final do Ministério (2009), o levantamento de campo foi feito em 71 municípios brasileiros (imagem 1) sendo 23 capitais e 48 cidades com população superior a 300 mil habitantes (projeção para o ano de 2004 a partir dos dados do censo do IBGE do ano de 2000) e excluindo as cidades com levantamento semelhante em andamento como São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

Região	Total de municípios
Centro-Oeste	6
Norte	8
Nordeste	12
Sudeste	36
Sul	9

Tabela 1 - distribuição dos 71 municípios. Fonte: Brasil, 2009.

E "diferentemente de outros estudos já realizados no país, a proposta metodológica do levantamento foi ir para além do mero registro do número de pessoas em situação de rua" (BRASIL, 2009). Por isso, a combinação de uma abordagem censitária (19 perguntas) com perguntas de um âmbito mais numérico e reduzido e uma abordagem amostral, com a aplicação de um questionário mais amplo (62 perguntas) para 1 em cada 10 indivíduos entrevistados. Segundo dados do relatório, os questionários extensos equivaleram, em média, a 10,4% das entrevistas.

Para delimitação do público alvo de pesquisa, a Secretaria Nacional de Assistência Social definiu um conceito base para pesquisa onde estabeleceu que:

"a população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia de sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular"

Além disso, definiu que o termo "rua" deveria ser considerado em sentido amplo, incluindo todos os possíveis locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência e que poderiam servir desta forma, como abrigo" (BRASIL, 2009, pág. 19) e que, considerando que diversos municípios possuem instituições que dispõem de pernoite para a população em situação de rua - como albergues, abrigos e casas de

<sup>6</sup> Números referentes ao mês de setembro de 2015 (IPEA, 2016, pág. 13). | <sup>7</sup> Nome oficial do Ministério na época de desenvolvimento da pesquisa.

passagem ou de apoio - os moradores abrigados nestes locais também fossem indagados. Hospitais, clínicas e casas de convivência também foram visitados pelo grupo de pesquisa.

Após a definição dos conceitos e a preparação das equipes de pesquisa, o trabalho iniciou e foi conduzido entre os meses de outubro de 2007 e janeiro de 2008.

Ao fim da coleta de dados, conforme a SNAS (2009, pág. 85):

"foram identificadas 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua nas cidades pesquisadas, vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferros-velhos ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas). Esse contingente equivale a 0,061% da população dessas cidades (tomando como base os dados da Contagem da População em 2007), índice semelhante aos encontrados em outros levantamentos realizados sobre esta população"

Destas mais de 30 mil pessoas, 82% são do sexo masculino e 18% são do sexo feminino, destacando a prevalência da população masculina nas ruas. Além disso, a população "(...) é, em geral, jovem, havendo maior concentração de pessoas em idade economicamente ativa, e com leve prevalência de mulheres nos grupos etários mais baixos, conforme se observa no Gráfico 1" (BRASIL, 2009, pág. 86).

Na distribuição de raça/cor entre a população entrevistada, 39,1% deles se declararam pardos, semelhante à população em geral que possui 38,4%. No entanto, apesar da semelhança de porcentagem entre a população parda, nota-se que existe um contraste com a população em geral<sup>8</sup> quando brancos ou pretos. Isso se dá pois 29,5% das pessoas entrevistadas se declararam brancos - 53,7% na população geral - e 27,9% pretos - 6,2% na população em geral. Essa grande quantidade de pessoas negras vivendo em situação de rua indica que até hoje o racismo estrutural perdura na sociedade brasileira. Como já dito anteriormente, a sociedade civil brasileira construiu o próprio patrimônio e a sua riqueza econômica usando a inteligência, as mãos e os pés da gente negra. Conforme CHAGA (2020):

"(...) uma mão de obra especializada que, desde o colonialismo até as vésperas da proclamação da República, foi utilizada no trabalho da cultura da cana de açúcar, café, extração de metais preciosos, fundição de metais, confecção de utensílios domésticos e instrumentos de trabalho, manipulação de ervas, criação de gado, charqueadas e tantas outras atividades que foram indispensáveis à construção das riquezas do Brasil"

E mesmo assim, quando assinada a Lei Áurea, a população negra foi jogada as ruas sem nenhum tipo de estrutura social ou política que pudessem lhes ajudar a não voltar aos seus "antigos donos". Isso foi determinante para que grande parte dessa população não conseguisse lutar contra a política de "embranquecimento racial" que ocorreu nos anos posteriores a assinatura da Lei e que trouxe diversos imigrantes brancos com vantagens além das vidas negras. E isso tem impacto até os dias de hoje.

O racismo é estrutural na sociedade brasileira, pois ela ainda se configura na exclusão das vidas negras da maioria das estruturas sociais e políticas e, conforme CHAGA (2020), as instituições agem na perspectiva que privilegiam os brancos e mantêm suas vantagens em detrimento das vidas negras. É essa dificuldade que demonstra os altos números de pessoas em situação de rua negras. O racismo existe, vem desde a estruturação do Estado brasileiro e, Chaga (2020) afirma, "destrutível no que diz respeito à mobilidade social dos sujeitos".

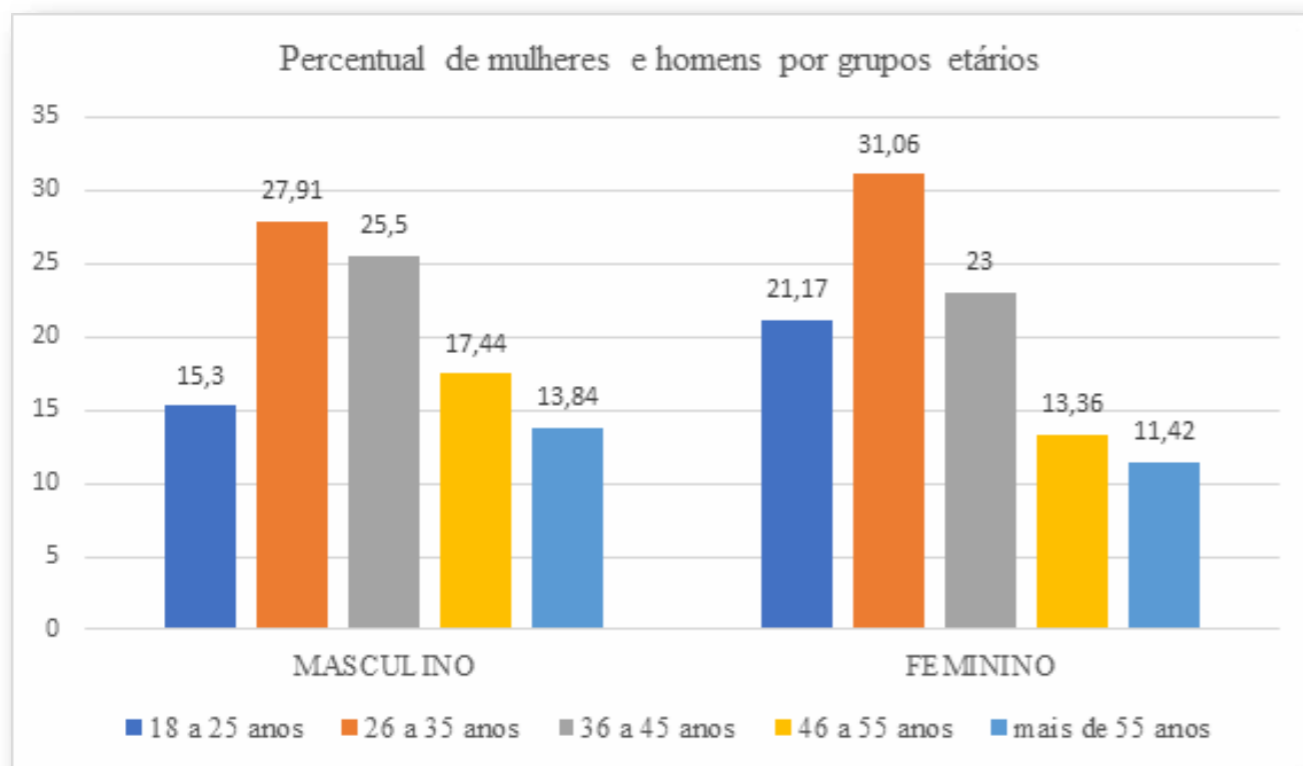


Gráfico 1 - Percentual de mulheres e homens por grupos etários. Fonte: Brasil, 2009.

<sup>8</sup> A população em geral tem o Censo Demográfico do ano de 2000 como referência.

Em referência à formação escolar conforme a tabela 1, o relatório indica que "a maior parte (63,5%) não concluiu o primeiro grau, 17,1% não sabem ler e escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. A imensa maioria não estuda atualmente (95%) e apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal 2,1% e profissionalizante 1,7%)" (BRASIL, 2009, pág.87).

Escolaridade	F	%
Nunca estudou	4.175	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4
1º grau completo	2.854	10,3
2º grau incompleto	1.045	3,8
2º grau completo	881	3,2
Superior incompleto	190	0,7
Superior completo	194	0,7
Não sabe/Não lembra	2.136	7,7
Não informado	2.787	10,1
<b>Total</b>	<b>27.647</b>	<b>100</b>

Tabela 2 - Distribuição da população em situação de rua por escolaridade. Fonte: Brasil, 2009.

No que se refere às circunstâncias que levaram os moradores para esta situação, o gráfico 2 a seguir revela que apesar da população em geral ter um pré-conceito<sup>9</sup> de que as pessoas neste cenário são exclusivamente daquelas com problemas de alcoolismo e/ou drogas, menos da metade realmente tem seu motivo relacionado a isso.

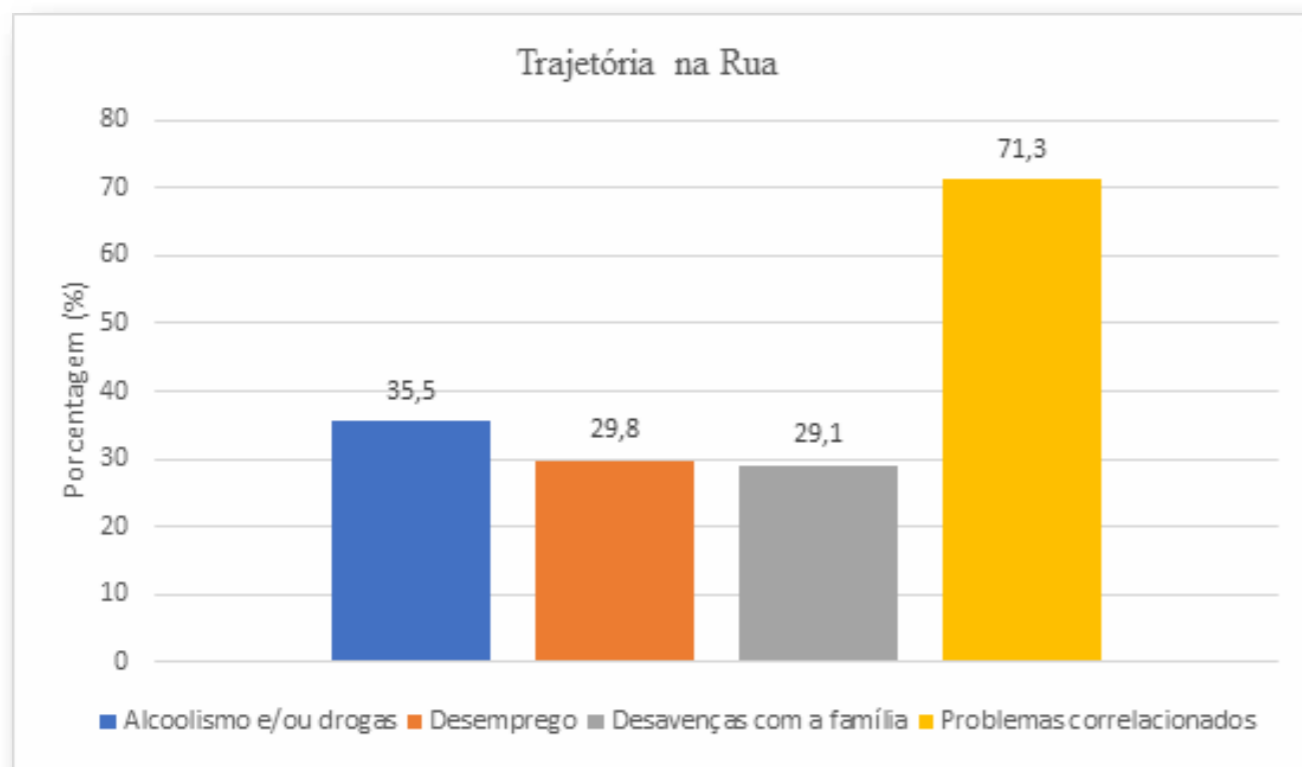


Gráfico 2 - Motivos que levaram os moradores às ruas. Fonte: Brasil, 2009.

Outro pré-conceito para com as pessoas em situação de rua é justificando o aumento dos moradores na cidade não por falta de políticas públicas do seus próprios estados mas com a justificativa de que o fenômeno migratório que marcou o processo de desenvolvimento urbano brasileiro seja o causador (BURSZTYN, 2003 apud BRASIL, 2009). E conforme (BRASIL, 2009, pág. 88):

"(...) ao contrário do que comumente se imagina, esse fenômeno aparentemente não se reflete no panorama atual das ruas: parte considerável dos entrevistados (45,8%) sempre viveu no município em que mora atualmente e outra parte importante (30,3%) deslocou-se de um município dentro do mesmo estado.

Apesar de grande parte dessa população não ser feita por "trecheiros"<sup>10</sup>, sua presença ainda não é descartável, contabilizando 11,9% dos pesquisados pela SNAS. Suas principais razões para o constante deslocamento "(...) são a procura por oportunidades de trabalho (apontado por 45,3% dos entrevistados que mudaram de cidade) ou o conflito intrafamiliar<sup>11</sup> (razão apontada por 18,4% deles)" (BRASIL, 2009, pág. 91). Essa parcela das pessoas em situação de rua ainda que dispunham de moradia no seu município originário, se viram obrigados ao deslocamento - pelos mais diversos motivos - porém não conseguiram se inserir profissionalmente no novo município e passaram a dormir nas ruas.

Aqueles que permanecem em seus municípios de origem se veem "presos" ao seu município, visto que é nele em que estão as suas relações íntimas e seus espaços conhecidos (experiência de vida) o que a tabela 3 indica - através da grande proporção de moradores com mais de 5 anos de estadia nas ruas. A situação deste grupo "(...) pode indicar uma acentuada cristalização da situação de rua como modo de vida, o que é mais evidente no caso daqueles que se encontram na rua desde que nasceram" (BRASIL, 2009, pág. 91). Conforme (BRASIL, 2009):

"Essa escolha muitas vezes está relacionada a uma noção (ainda que vaga) de liberdade proporcionada pela rua, e acaba sendo um fator fundamental para explicar não apenas a saída de cada, mas também as razões de permanência na rua. Após vivenciar a situação de 'liberdade' que a rua proporciona, muitas pessoas se sentem compelidas a permanecer neste ambiente, em detrimento do ambiente doméstico, considerado, muitas vezes, perigoso e opressor"

<sup>9</sup> Diferentemente do que a palavra "preconceito" deduz, o "pré-conceito" se dá como o juízo antecipado ou uma ideia preconcebida, visto que a maioria da população sequer conhece algum morador em situação de rua e apenas reproduzem o "preconceito" que escutam | <sup>10</sup> De acordo com o relatório, são indivíduos que deslocam de cidade em cidade, permanecendo um período variável (BRASIL, 2009, pág. 88). | <sup>11</sup> Segundo a pedagoga e psicóloga Clinaura Maria de Lima, o conflito intrafamiliar é um problema de alta complexidade, uma vez que os agressores não são pessoas desconhecidas, mas adultos pais, mães, membros da família extensa ou responsáveis, que acabam prejudicando o bem-estar físico e mental do indivíduo.

Tempo	F	%
Menos de 1 mês	2.163	7,8
Mais de 1 mês até 6 meses	4.017	14,6
Mais de 6 meses até 1 ano	3.017	10,9
Mais de 1 ano até 2 anos	3.818	13,8
Mais de 2 anos até 5 anos	5.211	18,8
Mais de 5 anos	8.181	29,6
Desde que nasceu	365	1,3
Não sabe/Não lembra	583	2,1
Não respondeu	292	1,1
<b>Total</b>	<b>27.647</b>	<b>100</b>

Tabela 3 - População em situação de rua segundo o tempo em que dorme na rua/albergue.

Como explicado acima, algumas pessoas em situação de rua que partem para outros municípios em busca de oportunidades acabam não conseguindo se inserir no mercado de trabalho. Com isso, algumas delas começam a praticar a "mendicância"<sup>12</sup>. Contudo, isso é apenas uma pequena porcentagem da população em situação de rua, pois mais de 70% deles praticam alguma atividade remunerada e mais da metade deles afirmam ter alguma profissão, o que acaba contestando o pré-conceito de que as pessoas em situação de rua são pedintes - apenas 15,7% dos entrevistados pedem dinheiro como principal forma de sobrevivência (BRASIL, 2009).

Mesmo grande parte daqueles entrevistados participarem de algum tipo de trabalho, a maior parte das atividades "situa-se na chamada economia informal e apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada" (BRASIL, 2009, pág. 93). Essa pequena porcentagem de trabalhadores com carteira assinada se deve a questão de que uma parte significativa das pessoas em situação de rua não possuem algum ou nenhum tipo de documento de identificação e não conseguem competir no mercado, fazendo com que a sua manutenção fora das ruas seja difícil. Além disso, a falta de programas governamentais e instituições de auxílio integradas aumentam a dificuldade na recuperação ou geração de novos documentos.

Os gráficos e constatações neste estudo nos levam a crer que as pessoas em situação de rua, na época, apresentavam poucas chances de reintegração à sociedade. Com isso, uma das conclusões da pesquisa nacional (BRASIL, 2009, pág. 101) é de que existe uma

"(...) necessidade de maior atenção a este contingente, por meio de políticas públicas mais abrangentes, que incluam, além da ampliação e reorganização das instituições de albergamento, cursos de formação, aperfeiçoamento (...)"

"(...) atualização nas áreas profissional e de cidadania e saúde, assim como oportunidades para a realização de atividades remuneradas de trabalho"

Essa atenção diferenciada que deve ser demonstrada às pessoas em situação de rua é uma das principais reivindicações do Movimento Nacional da População de Rua. No entanto, mesmo que o amplo estudo feito pelo MDS no fim da primeira década do Séc. XXI tenha trazido diversas informações para com as pessoas e mesmo que tenha ajudado a aperfeiçoar o Cadastro Único do Governo Federal<sup>13</sup> na identificação de pessoas em situação de rua, as frequentes mudanças que ocorrem com essa população tornam o estudo em si rapidamente obsoleto.

Ciente da rapidez com que o estudo se tornaria obsoleto e a dificuldade que havia na época - 2014 - para obtenção de respostas ao Cadastro Único, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua) - criado junto à Política Nacional para a População em Situação de Rua via Decreto nº 7.053/2009 - requisitou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que inserisse a População em Situação de Rua no Censo de 2020. Contudo, devido à dificuldade do levantamento dos números relacionados as pessoas em situação de rua e a contínua mudança relativa a essa população, o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) decidiu por elaborar uma estimativa - com a assistência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - a partir dos dados municipais disponíveis pelas secretarias de assistência social de cada município no Censo SUAS<sup>14</sup> (Sistema Único de Assistência Social) e o Cadastro Único do Governo Federal<sup>15</sup>.

### **03.1.2. ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL – IPEA, 2016**

Após a realização do 1º Censo Pop Rua, ficou evidente a dificuldade de realizar tal tarefa. Além disso, percebeu-se que a dinâmica desse grupo social faz com que seus dados comecem a ficar ociosos com o passar dos anos.

Para contornar essa dificuldade, o IPEA apresentou a estimativa da população em situação de rua no Brasil a partir de dados disponibilizados no Censo do Sistema Único de Assistência Social de 1.924 municípios e o Cadastro Único do Governo Federal atualizado na época de início da pesquisa. Com essas informações pode-se realizar dois modelos para estimativa: um modelo quantitativo "(...) considerando o tamanho da população municipal como variável" (IPEA, 2016) e um modelo teórico que considerou as variáveis mais amplas, como o crescimento demográfico da cidade, suas centralidades e dinamismos urbanos, vulnerabilidade social e serviços voltados à população

<sup>12</sup>Segundo o doutorando da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) Igor Rodrigues - que realizou o trabalho "A construção social do morador de rua" - a diferença entre mendigo e morador de rua é que aquele em que pratica a mendicância nem sempre mora na rua, mas desenvolve sociabilidade ligada à ela | <sup>13</sup>Após a publicação do Censo Pop Rua em 2009, o Governo Federal, ajudado pelas informações obtidas pelo estudo elaborou um novo formulário específico. | <sup>14</sup> Segundo o site do MDS, o Censo SUAS é um processo de monitoramento do Sistema Único de Assistência Social. | <sup>15</sup> Os número do Cadastro Único disponibilizados para a pesquisa do IPEA possuem os dados referentes à época de sua consulta.

em situação de rua, assim como a quantidade de pessoas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Destes 1.924 municípios, nem todos possuem informações atualizadas e outros não possuem informações tão precisas. Assim, o Instituto trabalhou de forma a sempre utilizar os dados mais recentes disponíveis (Censo Suas 2015) e para aqueles que não disponibilizaram um dado atualizado, buscou-se informações relevantes em pesquisas anteriores.

Apresentando a tabela 4 abaixo, podemos perceber que o Cadastro Único do Governo Federal apresenta claramente uma subestimação em relação aos números apresentados pelos municípios, com o número coberto pelo Sistema Único de Assistência Social sendo quase o dobro do Cadastro feito no Governo Federal

Fonte	Cadastro Único	Censo Suas		
		Apenas pesquisas	Apenas levantamentos da equipe municipal	Levantamentos + pesquisas
Número de municípios	5.570	117	1.807	1.924
População total dos municípios cobertos (2015)	204.440.972	44.121.573	97.264.232	141.385.805
Data do levantamento da população em situação de rua	2015	2013	2014	2014
População total em situação de rua	48.351	35.805	50.402	85.040

Tabela 4 - Levantamento feito pelo IPEA a partir de informações disponíveis no início da pesquisa.

A partir do levantamento, o IPEA percebeu que não há como se utilizar o Cadastro Único feito pelo Governo Federal devido a clara subestimação existente quando comparado com o Censo do Sistema Único de Assistência Social. Assim, passaram a utilizar o número de 85.040 pessoas em situação de rua para o início das estimativas, pois 140 milhões de habitantes (número da população total dos municípios) é mais que a metade da população do Brasil (209,5 milhões de habitantes conforme Banco Mundial em 2018), 69,2% do total.

Ainda sem utilizar nenhum recurso que diferencie os municípios um dos outros, o IPEA fez uma estimativa simples - no começo da pesquisa - apenas utilizando a porcentagem da população que ficou sem dados (30,8%). Isso conferiu a um total de 122.890 moradores em situação de rua no Brasil.

Contudo, essa extrapolação é simples e "(...) ignora as características de cada município" (IPEA, 2016, pág. 14) e o fato deste municípios pequenos não possuírem estimativa revela, também, que eles não identificam a questão desse grupo social como significativa. Com isso, percebe-se que a falta destas informações não é completamente por falta de força bruta ou capital para produzir o levantamento, mas sim vinculada

a uma série de variáveis, como a negligência de alguns municípios.

Levantado os problemas relacionados a falta de informações, a estimativa do IPEA levou em consideração apenas os fatores que afetam o resultado, extrapolando os números existentes a partir de algumas variáveis relevantes como: o número de habitantes do município, a pobreza, o grau de centralidade e dinamismo do município, a atuação municipal no atendimento à população de rua e a quantidade de moradores em situação de rua cadastrados no Cadastro Único do Governo Federal.

A tabela 5 apresenta o resultado final considerando o somatório dos novos dados relacionados aos municípios que não possuem estimativa própria com os outros 1.924 que possuem.

Porte Suas	Grande Região	Número de Municípios	População em situação de rua	Total de municípios (%)	Total em situação de rua (%)
Pequeno I	Todas	3.919	6.757	70,40	6,63
Pequeno II	Todas	1.043	8.255	18,70	8,10
Médio	Todas	325	8.385	5,80	8,23
Grande	Todas	266	37.608	4,80	36,92
Metrópole	Todas	17	40.848	0,30	40,10
	Norte	450	4.399	8,1	4,32
	Nordeste	1.794	22.864	32,2	22,45
Total	Sudeste	1.668	49.792	29,9	48,89
	Sul	1.191	16.021	21,4	15,73
	Centro-Oeste	467	8.777	8,4	8,62
<b>Total</b>		<b>5.570</b>	<b>101.854</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Tabela 5 - Estimativa total da população em situação de rua. Fonte: IPEA, 2016.

O estudo não é completo. Apenas define uma estimativa baseada em coeficientes matemáticos e problemáticas teóricas. Porém, ela demonstra o aumento de 219% (31.922 em 2009 para 101.854 em meados de 2016) entre as pesquisas governamentais.

Destas mais de 100 mil pessoas em situação de rua, podemos perceber na tabela 5 que 40% deste grupo social está localizado em metrópoles e quase 50% está no Sudeste brasileiro. Isso se deve ao fato de grande parte desta população estar buscando emprego na cidade grande, mas que devido à grande concorrência que lhes espera, nem sempre são aptos a essa conquista, passando por dificuldades e acabando nas ruas.

A incomplexidade do estudo, como a falta de levantamento do perfil das pessoas em situação de rua e suas principais características demonstra, de acordo com

IPEA (2016), a falta de "desenvolvimento e a disponibilização de metodologia de diagnóstico da população de rua" para o levantamento preciso de todas as informações e características do perfil dos moradores em situação de rua no Brasil.

A maior recomendação é que estes estudos referentes ao grupo social das pessoas em situação de rua sejam feitos não nacionalmente, mas em cada município brasileiro numa base de dados nacional. Dessa maneira, teríamos uma maior precisão nas informações sobre cada região do país e talvez conseguiríamos impor políticas públicas de maneira mais acertada e incisiva, como uma ampliação no número de pessoas afetadas e bem cuidadas por elas.

### 03.1.3. CADASTRO ÚNICO E O AUMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, "o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (...) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população" (BRASIL, 2020). Contudo, mesmo que esteja em funcionamento desde 2003 (BRASIL, 2020), foi apenas a partir do lançamento do Censo Pop Rua em 2009 que houve a inserção do Formulário Suplementar 2, específico para identificação da população em situação de rua com perguntas sobre motivos que o levaram às ruas e outras questões sobre ganho de salários, família, etc.

A partir da conclusão deste Formulário, pudemos ver um crescente aumento da população em situação de rua cadastrada. Esse aumento se deve ao fato de que a grande maioria das pessoas em situação de rua são dirigidas pelos Centros de Atendimento (como os Centros Pop) para declararem suas informações e passarem a ser identificados e utilizarem de maneira mais fácil os benefícios cedidos a esse grupo social.

Mesmo que o Cadastro dessa população seja feita a partir de "famílias", 98% delas são unipessoais<sup>16</sup> (BRASIL, 2019, pág.9). Conforme o mapa abaixo, quase 70% das pessoas em situação de rua vivem na região Sudeste - a região com maior adensamento populacional no Brasil. Destas, conforme (BRASIL, 2019, pág. 8)

"(...) 89% são homens, 87% dormem nas ruas ou em albergues, 67% são pardos ou negros. As principais razões para viver na rua são: problemas com a família (27%), desemprego (23%), problemas com álcool ou outras drogas (19%), perda de moradia (13%)"

Comparadas com o 1º Censo debatido no tópico 03.1.1., as informações dos dois levantamentos são compatíveis em termos de porcentagens, apesar da quantidade ser de enorme diferença.

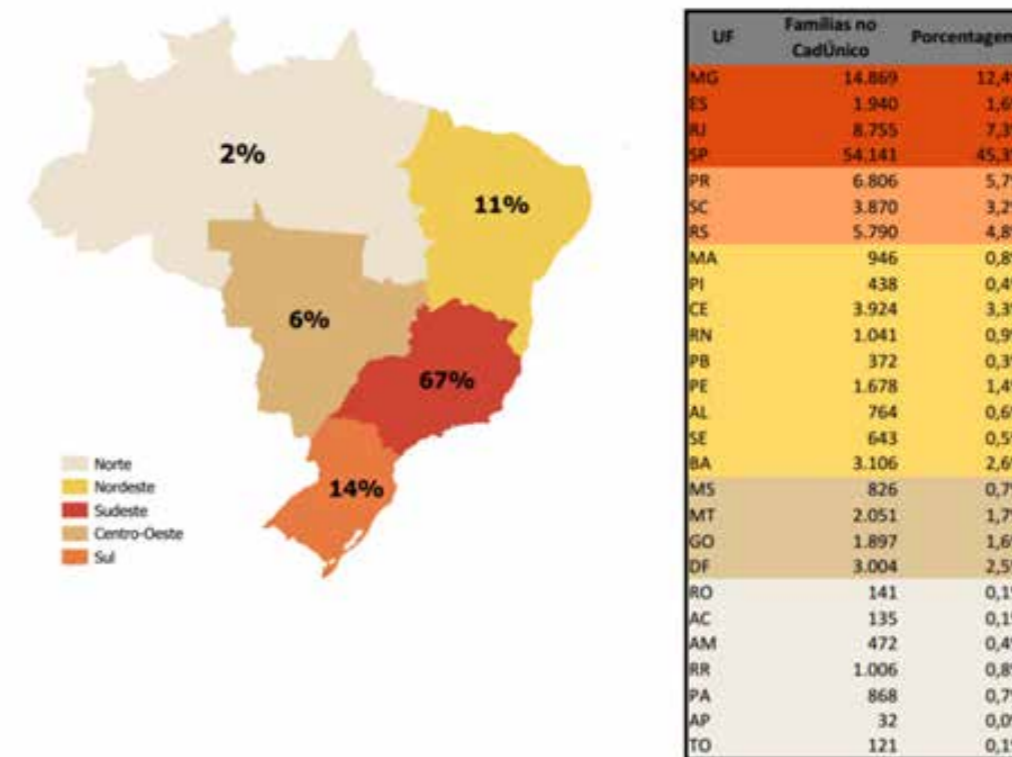


Figura 2 - Distribuição de famílias em situação de rua no Cadastro Único. Fonte: Cadastro Único, 2019

De acordo com o gráfico abaixo, houve um aumento de 1.500% (BRASIL, 2019) entre os anos de 2012 e 2019 na quantidade de pessoas cadastradas junto ao Governo Federal.

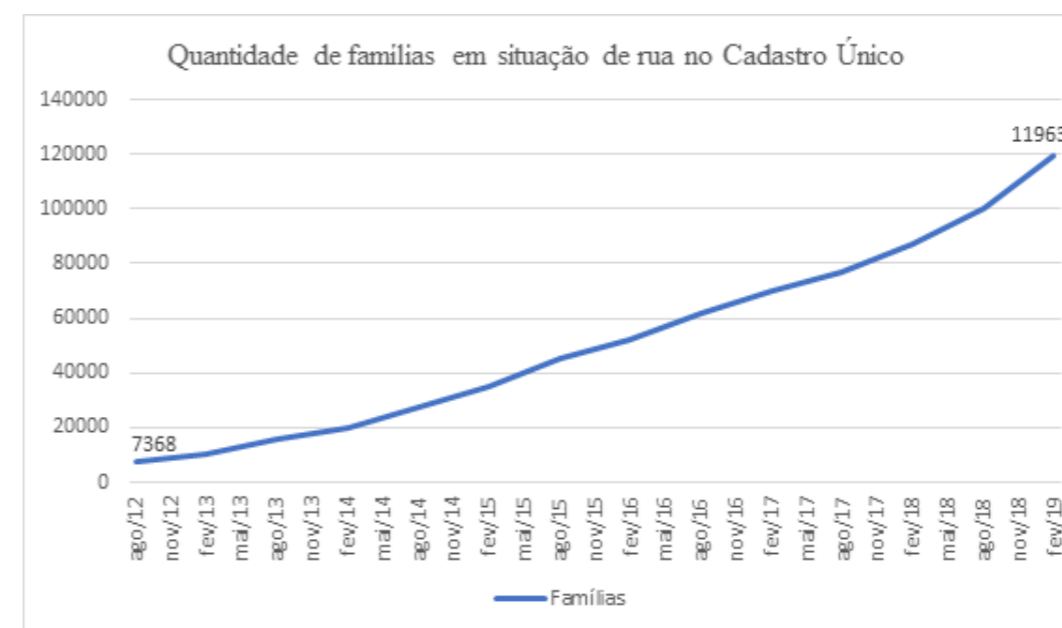


Gráfico 3 - Quantidade de famílias - Brasil, 2012 a 2019. Fonte: Cadastro Único, CECAD.

E apesar da melhora na identificação da população em situação de rua, esse crescimento acentuado da população se deve muito à crise econômica<sup>17</sup> desde 2015, pós-Copa do Mundo. Conforme (BRASIL, 2019, pág. 10)

<sup>16</sup> O Cadastro Único tem como unidade básica de referência a família, sendo admitida a possibilidade de famílias unipessoais, ou seja, compostas por apenas uma pessoa. (BRASIL, 2019, pág. 9). | <sup>17</sup> Números retirados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, o SCNT, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Em 2014, a economia brasileira cresceu apenas 0,5%; sofreu queda de 3,5% em 2015 e de 3,3% em 2016. Em 2017/2018, o PIB Anual voltou a crescer, mas de forma acanhada, em torno de 1,1%. O desemprego praticamente dobrou entre 2014 e 2018 (saltando de 6,5% para 12,0%), afetando diretamente os cidadãos mais pobres"

Com a crise afetando os mais pobres, o aumento nas ruas foi inevitável, como visto no gráfico 3. Paralelamente a isso, vimos o aumento e a melhoria dos serviços prestados a essa população, principalmente pela utilização dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop) no seu atendimento. Os centros que, segundo o Registro Mensal de Atendimento, no Vis Data do Governo Federal, foram responsáveis pela inclusão de mais de 65 mil pessoas no Cadastro Único, 55% dos números existentes no Cadastro até Fevereiro de 2019.

Mesmo que os números nacionais sejam importantes para uma visão mais ampla do que acontece com a população em situação de rua no nosso país, este trabalho tem como objeto de estudo o Estado de Santa Catarina e mais precisamente a Grande Florianópolis. Por isso, deve-se existir um levantamento amplo relacionado aos números de pessoas em situação de rua em Santa Catarina, suas políticas públicas e grupos assistencialistas atuantes. Tudo isso para uma melhor identificação do público-alvo que desfrutará do objetivo deste trabalho, o Centro de Acolhimento.

## O3.2. NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

### O3.2.1. DIAGNÓSTICO SOCIAL PARTICIPATIVO

Diferentemente do 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre a População de Rua, o Diagnóstico Social Participativo feito pelo Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM) em parceria com o Movimento da População em Situação de Rua de Santa Catarina (MNPR-SC) contou com o desenvolvimento de "(...) uma proposta participativa de diagnóstico social a fim de conhecer melhor as necessidades da população em situação de rua na Grande Florianópolis" (ICOM, 2017).

A pesquisa não teve caráter censitário e dos 1000 questionários disponibilizados, 937 foram validados para a pesquisa. Nas questões de gênero e idade das pessoas entrevistadas, seus números foram semelhantes ao Censo Pop Rua Nacional, onde na Grande Florianópolis 77,8% dos cidadãos questionados são do sexo masculino e 65% na idade economicamente ativa, entre os 30 e 49 anos. No que se refere a raça, existe uma pequena diferença em relação aos números nacionais, apesar do número entre negros e pardos ainda serem relativamente altos.

Conforme leitura do relatório disponibilizado pelo Instituto, percebemos que diferentemente do Censo Nacional, a população em situação de rua na Grande Florianópolis

tem uma porcentagem étnica relativamente equilibrada se comparados negros/pardos e brancos. Conforme o Gráfico 4, 45% da população é formada por negros e pardos enquanto 47% são brancos. No entanto, se compararmos essa porcentagem com a característica étnica do Estado de Santa Catarina, veremos que o número de negros e pardos se destaca, visto que segundo o IBGE (2019), apenas 19,8% da população total de Santa Catarina é composta por negros e pardos.

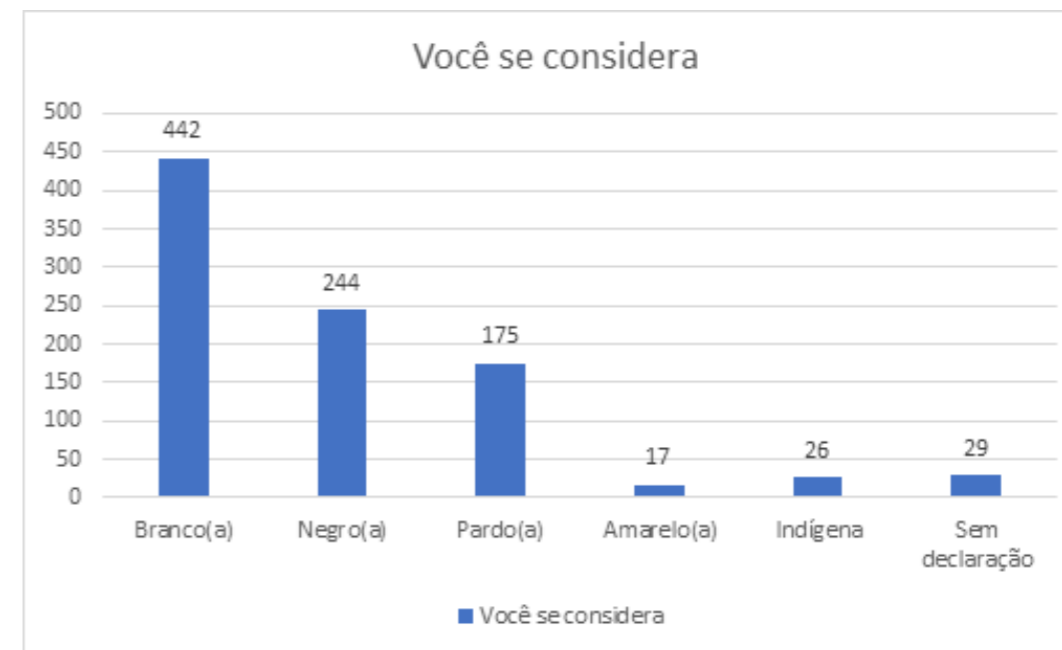


Gráfico 4 - Você se considera. Fonte: ICOM, 2017.

Conforme a crise econômica federal se agrava, o número de pessoas em situação de rua no Brasil aumenta, assim como na Grande Florianópolis. Conforme o Gráfico 5, cerca de 70% dos entrevistados vivem a menos de 5 anos nas ruas e 50% vive na região há menos de 1 ano.

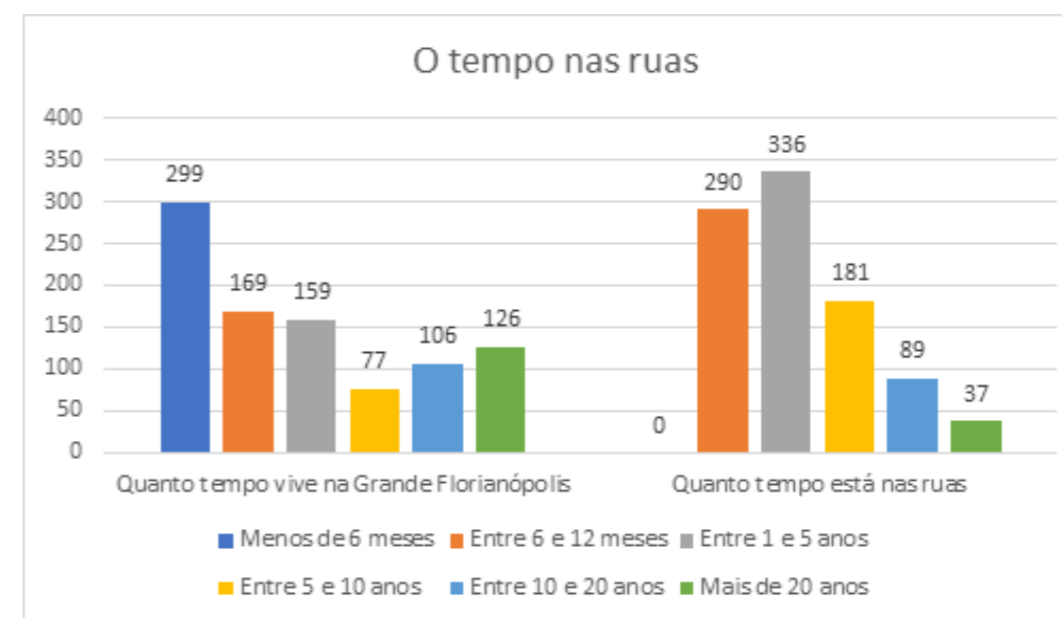


Gráfico 5 - Tempo nas ruas. Fonte: ICOM, 2017.



Esses números referentes ao tempo de estadia na região, diferentemente dos números relacionados ao tempo em que as pessoas estão nas ruas são justificáveis porque primeiro, com um IDHM<sup>18</sup> de 0,815, a cidade de Florianópolis é um polo atrativa para uma população em busca de trabalho e segundo, mesmo que tenham mais oportunidades, o mercado de trabalho de Florianópolis é muito competitivo e necessita de uma mão de obra especializada - o que faz com que os cidadãos despreparados para competir e que se deslocam com o objetivo único de conseguir espaço no mercado de trabalho não consigam um local para morar e acabam nas ruas.

Entretanto, mesmo que o conceito geral defina que as pessoas devam vir preparadas para competir, isto não é verdade. Parte das pessoas advém de seus estados com uma visão turva de oportunidade tendo em vista apenas a qualidade de vida da Grande Florianópolis e a disponibilização de cursos, aulas e assistência a todos que carecem de oportunidade para se prepararem é crucial, pois não podemos deixar de ajudar aqueles que não contam com oportunidades.

Em referência à educação e ao trabalho das pessoas em situação de rua na Grande Florianópolis, segundo o ICOM, 92,4% do grupo entrevistado sabe ler e escrever. Contudo, cerca de 40,4% não possuem ensino fundamental, 22% não possuem o Ensino Médio e 48% dos questionados sequer tiveram acesso ao EJA (Ensino de Jovens e Adultos) ou cursos profissionalizantes.

Mesmo que sem estudo e nas ruas, isso não define uma classe inoperante. O pré-conceito já citado anteriormente não se confirma. As pessoas em situação de rua são trabalhadoras, com 70% exercendo atividade remunerada - de forma informal - e menos de 30% estão praticando a mendicância nas ruas.

A respeito das condições de alimentação e saúde, profundamente interligadas, 67,8% da população entrevistada (ICOM, 2017, pág. 16) está bem, mas apenas 24,6% possuem algum acompanhamento médico. Mesmo assim, menos de 25% consultam ocasionalmente os serviços de saúde e apenas 11,5% dos questionados tiveram dificuldade de acesso, quando necessário, aos serviços de saúde, o que resume mais o uso universal do Sistema Único de Saúde (SUS) do que a qualidade do atendimento, visto que ainda sofrem com preconceito e discriminação quando os procuram.

Na alimentação, cerca de 55% dos entrevistados (ICOM, 2017, pág. 17) tem acesso a mais de 3 refeições por dia, sendo que 40% deles possuem o Centro POP como local de principal acesso. No entanto, em visita ao Centro POP de Florianópolis - localizado próximo a Av. Hercílio Luz - os responsáveis indicaram que não estavam disponibilizando mais alimentação para a população devido à falta de infraestrutura e estavam apenas trabalhando no auxílio as pessoas e indicando outros serviços, como a Passarela da Cidadania que funciona - com a ajuda de instituições voluntárias como o Instituto ABA - como abrigo limitado e disponibiliza alimentação para a população em situação de rua. Além da Passarela, as pessoas também são direcionadas a albergues e hotéis parceiros da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Apesar desse auxílio disponibilizado pela PMF, ainda existe escassez assistencial. Há a necessidade de uma melhor infraestrutura para melhorar a qualidade do serviço, um melhor atendimento que não fique causando o deslocamento das pessoas a outros lugares, a diminuição da discriminação por parte das instituições municipais e da sociedade em geral e, principalmente, a diminuição da prática higienista<sup>19</sup> na Grande Florianópolis que discrimina e viola os direitos das pessoas em situação de rua.



**FIGURA 3.** "Limpeza" na Passarela da Cidadania. Foto: Voluntário, 2020.

"A DOA faz ação higienista não só no espaço da prefeitura, faz na cidade inteira" (Voluntário, 2020).

<sup>18</sup> Número referente ao Índice de Desenvolvimento Humano de Florianópolis com 0 sendo muito baixo e 1 sendo muito alto. Fonte: Atlas Brasil, 2020. | <sup>19</sup> Como exemplo de força municipal higienista, temos a força-tarefa DOA. Mesmo que segundo o site da Prefeitura a força-tarefa seja relatada como uma equipe que "percorre regiões da cidade abordando pessoas em situação de rua e ofertando os equipamentos de acolhimento disponibilizados pela administração municipal", ela, diferentemente do ofertado, age, segundo relato de moradores em situação de rua, como uma polícia higienista que retira bens (como carrinhos, documentos, mochilas e cobertores) e maltrata os moradores em situação de rua para a retirada a força dos cidadãos de determinadas regiões de Florianópolis.

# O4. LOCAIS E INSTITUIÇÕES EM FLORIANÓPOLIS

## O4.1. CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

Diferentemente do CREAS que oferta de maneira obrigatória o PAEFI<sup>20</sup>, o Centro POP - conforme previsto no decreto nº 7.053/2009 e na tipificação nacional de serviços socioassistenciais (BRASIL, 2014) - trabalha exclusivamente com o atendimento a população em situação de rua, ofertando um espaço de referência para o convívio em grupo com a garantia de proteção social e direitos.

Vinculado a Secretaria de Assistência Social, o Centro permite que a pessoa em situação de rua tenha acesso a banho, refeição, lavanderia, sanitários, emissão de documentos e atendimentos psicossociais. Além disso, trabalham para identificar as pessoas na situação de rua, planejar suas atividades e inseri-los no Cadastro Único do Governo Federal.

Estes serviços, como são complexos e demorados devido a grande quantidade de pessoas em situação de rua - se comparados com a quantidade de trabalhadores em cada unidade - são separados e ofertados em dois: o serviço especializado para pessoas em situação de rua e o serviço especializado em abordagem social. O primeiro tem como objetivo o auxílio à pessoa em situação de rua para que ela adquira uma autonomia e permita que consiga novos objetivos e consiga sair da rua. Já a abordagem social é a identificação e a abordagem das pessoas em situação de rua para o início do processo de saída da rua.

Contudo, em algumas unidades, como é o caso da unidade Florianópolis, a infraestrutura<sup>21</sup> do prédio em que estão inseridos não permite o banho, a lavagem de roupas e em alguns dias nem as refeições, pois existem goteiras, problemas com os aparelhos sanitários e a manutenção destes aparelhos, quando feita, é demorada, tendo que os trabalhadores da unidade encaminharem as pessoas para locais parceiros da Prefeitura Municipal para um "melhor atendimento", como a Passarela da Cidadania, na Passarela Nego Quirido.

## O4.2. PASSARELA DA CIDADANIA

Atualmente, com o serviço prestado pelo Instituto ABA em parceria com a Prefeitura de Florianópolis a parte do Termo de Colaboração nº 061/PMF/SEMAS/2020 (D.O.E.M. 2425, de 26 de abril de 2019) com vigência de 22/04/2019 à 31/12/2020<sup>22</sup>, a Passarela da Cidadania possui serviços que, conforme (FLORIANÓPOLIS, 2020)

"buscam atender jovens, adultos e idosos que utilizam as ruas como espaço de moradia (...)"

"(...) e/ou sobrevivência, de maneira complementar e compartilhada aos serviços e ações socioassistenciais próprios da gestão municipal e são prestados na Passarela Nego Quirido. O serviço prevê a disponibilização de alimentação (café da manhã, almoço e janta), serviços de higiene pessoal (banho), espaço para guardas de pertences, espaço para higienização de roupas e realização de atividades complementares destinados a 230 pessoas em situação de rua no município de Florianópolis e 160 vagas de pernoite, assim como a disponibilização de uma equipe de sensibilização."

Conforme entrevista com o responsável pela Passarela no período da tarde, o valor pago pela Prefeitura cobre os insumos apenas nos 5 dias úteis da semana, mas a Passarela funciona também nos finais de semana e feriados, pois instituições voluntárias se oferecem e ajudam no custeio dos insumos.

Para entrarem no local, as pessoas em situação de rua passam por uma revista com a ajuda da Guarda Municipal de Florianópolis. O local em si é transitório, ou seja, não permite à população em situação de rua que fique o dia todo lá. Além disso, não é permitida a entrada com entorpecentes, bebidas alcoólicas, papelão, objetos perfurantes, armas de fogo, carrinhos de coleta e cães - estes dois últimos faziam com que muitas pessoas em situação de rua se recusassem a utilizar o espaço da Passarela, mas com ajuda na construção de algumas casinhas com a Somar Floripa, os cães foram autorizados. Os carrinhos continuam uma incógnita.

Em relação ao funcionamento, eles fecham o local para manutenção das 13:30 da tarde às 19:00 da noite e possuem um número limitado de refeições (almoço e janta e segundo o coordenador, eles não fazem refeições a mais, ou seja, quem chega depois que acabou a comida, fica sem) e dormitórios, que não são individuais e as camas são "pallets e colchões para não dar o aspecto de casa" (COORDENADOR, 2020).

No que se refere à busca por pessoas em situação de rua para sua ida à Passarela, um grupo de sensibilização sai as ruas para sensibilizar essas pessoas a procurarem o espaço de apoio - que além de alimentação e pernoite também disponibiliza atendimento psicossocial, direcionamentos à toda a rede (centro pop, novas documentações, CAPS, unidades de saúde, etc), maleiros para pertences e espaço para os moradores pegarem roupas doadas.

Segundo a psicóloga que trabalha na passarela e não quis se identificar, mais de 90% dos usuários do espaço são dependentes químicos e também comparti-

<sup>20</sup> Serviço de orientação e acompanhamento de famílias que possuem um ou mais indivíduos em situação de vulnerabilidade, como ameaça ou violação de direitos. O objetivo é preservar e fortalecer os vínculos familiares e com a comunidade e fortalecer a função protetiva das famílias (PRATTEIN, 2020). | <sup>21</sup> Vazamentos, vasos entupidos, canos estourados, infiltrações. Diversos problemas na infraestrutura da edificação que não permitem um serviço adequado para a população em situação de rua. Estas informações foram coletadas a partir de entrevista in loco em Março de 2020. | <sup>22</sup> Conforme edital de chamamento público 008/PMF/SEMAS/2020 feito após a pesquisa, a seleção pública de ONG para cooperação teve como vencedora o NURREVI (Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas)

hou que o melhor a se fazer é ocupar o tempo deles com atividades para não os deixar parados. Ainda, relatou que existem brigas entre os usuários da passarela e que a punição, dependendo do que aconteceu, pode levar ao banimento permanente do local.

Por último, o coordenador comentou que existem casos de tuberculose (até março de 2020 eram 5 pessoas em tratamento) e que deve ser feito o uso de máscaras ao entrar nas dependências da Passarela. Além disso, expressou sua insatisfação com o local, que é pequeno, possui diversos problemas de infiltração, sujeira e sofre com equipamentos quebrados.

Contudo, segundo relato das próprias pessoas em situação de rua, a situação na Passarela da Cidadania não é agradável. Existem problemas de encanamento, falta de espaço limpo de espera para as pessoas em situação de rua, falta de limpeza adequada para as camas utilizadas diariamente - por isso o surto de tuberculose - tanto que o grupo de coletivos "Rede com a Rua" enviou um ofício à Prefeitura de Florianópolis pedindo melhorias e outras reivindicações. Além disso, conforme dito acima, existem punições para cada morador - variando banimentos de um dia, dois dias, uma semana, quinze dias, um mês e permanentemente - o que é errado, visto que as pessoas estão necessitando de ajuda e ao proibirem a entrada delas em um dos únicos ambientes de auxílio físico destinado a eles faz com que voltem a necessitar de doações alimentares diariamente e a pernoitar nas ruas.

### **04.3. REDE COM A RUA**

Segundo o estatuto social disponibilizado pelo site da Rede, a associação sem fins lucrativos "Rede com a Rua" tem como objetivo geral "disponibilizar à população em situação de rua apoio às suas necessidades, garantindo a sua dignidade e fruição de direitos, de forma continuada e programada, em processo de aproximação, escuta qualificada e a gradativa construção de vínculos de confiança" e como objetivos específicos a garantia de alimentação, o suporte as pessoas em situação de rua até sua autonomia, o desenvolvimento de ações de capacitação para combate à pobreza, acompanhamento psicossocial, espaço de convivência e manifestações culturais, integração com a sociedade, apoio a outros grupos sociais, promoção de valores universais como os direitos humanos, defesa do patrimônio público e ordem urbanística para garantir o uso adequado de edifícios públicos, controle social das políticas públicas e a promoção do fortalecimento da sociedade civil.

A associação é ativa em diversas frentes, como a entrega de comida as pessoas em situação de rua que não estão na passarela da cidadania, reuniões com a prefeitura e outros órgãos em busca de melhorar a estrutura de atendimento a esses cidadãos. Nessas frentes, estão os grupos voluntários que fazem parte da rede e que segundo o próprio site da Rede com a Rua são:

- Amigos da Sopa: fundado em 2011, é um projeto formado por voluntários, sem fins lucrativos e ecumênico, que atua no Centro de Florianópolis e que trabalham semanalmente na entrega de refeições, produtos de higiene pessoal, roupas, calçados e cobertores e fazem o acompanhamento ocasional de pessoas que precisam de tratamento para dependência ou reintegração social e familiar.

- Amigos Solidários: pequeno grupo que surgiu através de pessoas que faziam voluntariado sozinhos e se conheceram nas atividades solidárias. Suas ações variam da coleta e distribuição de doações até o preparo e distribuição de refeições para as pessoas em situação de rua. Em alguns casos, trabalham com a montagem e entrega de cestas básicas e distribuição de cobertores.

- Caieira Direitos Humanos: criado em dezembro de 2019 com a proposição de ajudar as pessoas em situação de rua. Realiza a captação e distribuição de cestas básicas, roupas, calçados, cobertores, enxovais para gestantes, leite infantil, etc. Prepara e serve janta, quando necessário, às pessoas em situação de rua. Além disso, também dão o suporte para as pessoas em transição para fora da rua, com conforto, atenção e doações para nova etapa e moradia.

- Canja Solidária: grupo de amigos que se reúne e prepara canja para distribuição as pessoas em situação de rua.

- Coletivo BUVA: grupo vegano popular com a missão de difundir e viabilizar o veganismo popular, interseccional<sup>23</sup>, político, anticapitalista e antiespecista<sup>24</sup> que atua nas comunidades da região de Florianópolis.

- Coletivo Repor: grupo de amigos criado em Julho de 2019 e que tem a finalidade principal de realizar ações filantrópicas - como a preparação e distribuição de alimentos e outras doações - além de pautar suas ações pelo convívio com as pessoas em situação de rua para a criação de laços afetivos e identificação in loco de suas demandas.

- Cozinha Comunitária do Ribeirão da Ilha: grupo composto por diversos cozinheiros e auxiliares de cozinha que se colocam a disposição da comunidade para um alimento saudável. Possui cozinha comunitária no Ribeirão que funciona diariamente com a capacidade de 150 refeições por dia.

- Espaço Pixurum: grupo que realiza a distribuição de sopa para pessoas em situação de rua e dá auxílio a imigrantes refugiados desde 2008.

- Grupo Espírita Benedita Fernandes: fundado em 2015, tem como objetivo o acolhimento fraterno de pessoas em condição de vulnerabilidade, principalmente pessoas em situação de rua e a defesa dos direitos socioassistenciais a partir da Política de Assistência Social. Sua principal atividade é o Roteiro de Luz<sup>25</sup> que ocorre aos sábados e atende cerca de 150 pessoas no centro de Florianópolis. Durante a semana, oferece as Atividades de Rodas de Conversa sobre Dependência Química, Grupos de Psicoterapia, Grupos de Estudos, Projeto Fui Sombrinha, Oficina de Costura e Oficina de Artes.

<sup>23</sup> "O Veganismo Interseccional defende, basicamente, que a defesa dos Direitos Animais leve em consideração as particularidades de cada minoria política na divulgação do modo de vida vegano e dos Direitos animais, e que o veganismo seja, de fato, social e economicamente inclusivo, não algo fadado ao elitismo e à seletividade discriminatório de públicos (DE SOUZA, 2018). | <sup>24</sup> Ponto de vista onde humanos que adotam o veganismo ajudam os animais não-humanos da mesma maneira que buscam ajudar os humanos necessitados, ajudando a aliviar o seu sofrimento e evitando suas mortes prematuras. | <sup>25</sup> Conversa fraterna com a intenção de identificar a melhor forma de auxiliar, seja com encaminhamentos a Hospitais ou direcionamento para a Casa para banhos, roupas e itens de higiene (RCR, 2020).

- Grupo Morrua: movimento de defesa das pessoas em situação de rua que trabalha em conjunto ao Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) e com o Instituto Vilson Groh. Prepara (no CCEA) e distribui na Passarela da Cidadania, cerca de 330 e 350 marmitas no segundo e quarto domingo de cada mês.

- Instituto Arco-Íris: voltado para a população de alta vulnerabilidade com foco na redução de danos sociais e na lógica da desinstitucionalização. Atende cinco grupos de forma prioritária: pessoas privadas de liberdade, profissionais do sexo, usuários de saúde mental, imigrantes e pessoas em situação de rua. Tem como objetivo a integralidade da saúde, garantia de direitos, promoção de autonomia e exercício de cidadania na busca progressiva pela inclusão social.

- Instituto Vilson Groh: organização da sociedade civil que se articula em rede com outras seis organizações sem fins lucrativos que desenvolvem ações educativas e socioassistenciais nas periferias da Grande Florianópolis e em Guiné-Bissau, na África.

- MRSC Floripa: realiza ações a fim de levar mais dignidade aos cães e seus donos em situação de rua, por isso atua com as pessoas e também com os animais que as acompanham. Atendem as pessoas com alimentação, kits de higiene pessoal, mochila, roupas, calçados e cobertores e, aos cães, são disponibilizadas ração, atendimento veterinário, vacinas, castração, roupas, guias e coleiras.

- Movimento da População de Rua/SC: busca fortalecer as políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, como sujeitos de direito.

- Projeto Além dos Olhos: criado por um grupo de amigos para ajudar as pessoas em situação de rua na Grande Florianópolis.

- Projeto Caminho do Afeto: fundado em Outubro de 2018 com o objetivo de dignificar a vida humana através de gestos de solidariedade, amor e afetividade.

- Projeto Resgate: projeto social que visa dar a oportunidade de transformação de realidade para pessoas em situação de rua e moradores das comunidades.

- Voluntários do bem: projeto com núcleo familiar que começou em 2005 que tem o intuito de trazer esperança e felicidade ao próximo e aos irmãos em situação de rua. Hoje é um grupo de voluntários com atividades expandidas. Com a pandemia e o aumento do número de pessoas que precisam de ajuda, também passaram a servir refeições para pessoas em situação de rua, famílias e comunidades, além de insumos básicos.

Com a composição da Rede com a Rua sendo feita através de diversos grupos e instituições voluntárias, a comunicação e notícias sobre a comunidade das pessoas em situação de rua acaba escancarando diversos casos de descaso e até mesmo violência praticada por órgãos do governo, seja em Florianópolis ou em outros municípios do Brasil. Contudo, apesar de ainda nos depararmos com algumas situações desconfortáveis, essa integração faz com que seja mais rápida a atuação destes grupos e também diminui a quantidade de descasos em relação a esse grupo social, visto que

os órgãos municipais não querem um escândalo na capa do jornal devido a sua má atuação em relação as pessoas em situação de rua.

**FIGURA 4.** Distribuição de Canja em Canasvieiras. Foto: Voluntário, 2021.



**FIGURA 5.** Distribuição de Café em frente a Praça XV de Novembro. Foto: Voluntário, 2021.



**FIGURA 6.** Distribuição de Café em frente a Praça XV de Novembro. Foto: Voluntário, 2021.

# O5. AMPLIAÇÃO DO SUPORTE

## O5.1. DIRETRIZES

Com entendimento sobre os principais pontos problemáticos e positivos do suporte às pessoas em situação de rua em Florianópolis, percebe-se que é de extrema importância a criação, ampliação e melhoria de infraestruturas para o atendimento de pessoas em situação de rua de forma a obter um auxílio superior ao encontrado atualmente e, assim, promover o direcionamento de seus esforços para sua saída das ruas e não para contornar os problemas encontrados nas estruturas providas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Por consequência, o presente TCC propõe a ampliação da estrutura de atendimento com as seguintes diretrizes:

1 - Inserção de um equipamento para o acolhimento de pessoas em situação de rua com fácil acesso e integração com as áreas de interesse no centro de Florianópolis;

2 - Não utilizar o centro de acolhimento como uma forma central de atendimento, mas como parte da rede de auxílio já existente em Florianópolis, trabalhando de forma complementar e induzindo melhorias nas estruturas já concretas;

3 - Oferecer um equipamento com qualidade arquitetônica e urbanística acima do ofertado e que seja capaz de promover relações de dignidade e solidariedade com a sociedade florianopolitana;

4 - Integrar o centro de acolhimento às dinâmicas cotidianas da área central de Florianópolis com a intenção de construir espaços públicos contínuos e que auxiliem a requalificação urbanística do setor leste da Praça XV de Novembro;

5 - Valorizar os fluxos mais importantes do setor leste do centro de Florianópolis, valorizando os eixos de caminhabilidade, bicicleta, transporte público e renunciando os veículos automotivos individuais como principal meio de transporte.

6 - Oferecer um espaço público que tenha espacialidades capazes de promover o uso por diferentes pessoas e com diferentes finalidades, além de promover suporte à manifestações culturais e artísticas, geração de renda e atividades físicas.

7 - Ofertar atividades que ofereçam suporte às demandas mais urgentes das pessoas em situação de rua - como alimentação, abrigo, higiene pessoal, tratamento psicológico e de saúde - como também aspectos importantes para sua reintegração à sociedade, como capacitação profissional, finalização do ensino básico a todos e formação política.

## O5.2. ÁREA DE INTERVENÇÃO

A região escolhida para a inserção do centro de acolhimento às pessoas em situação de rua se localiza ao leste do Centro de Florianópolis. O terreno principal, localizado na Rua Bulcão Viana, que fazia parte da antiga Defensoria Pública da União, possui um edifício em bom estado estrutural, mas que se encontra abandonado e deprecado.

Em razão deste abandono, as ONGs, com auxílio dos coordenadores regionais do MNPR-SC e as próprias pessoas em situação de rua já haviam solicitado previamente à Prefeitura de Florianópolis que doassem o uso da edificação para a formação de um Centro de Acolhimento. Porém, com a relutância do governo municipal em fornecer o prédio, houve a suspensão do pedido e, no momento do presente trabalho, ainda estavam à procura de outros terrenos, assim como dando seguimento à contínua luta por melhor infraestrutura na Passarela da Cidadania e Centro POP.

Desse modo, visto que o interesse é antigo para a criação de um Centro de Acolhimento no local, que a localização é essencial para reintegração dos moradores com a sociedade e com a possibilidade de reaproveitamento do edifício existente, a escolha do terreno para o início da proposição de ampliação do atendimento às pessoas em situação de rua foi crucial. Além disso, o fato da área de intervenção estar localizada próxima a lugares como o Centro POP, o Hospital Caridade, o EJA, órgãos do governo e os terminais de ônibus, facilitaria a revitalização urbanística na região, se distanciando da descaracterização, abandono e gentrificação que assola a região leste nos dias de hoje.



FIGURA 7. Localização do terreno de intervenção. Mapa: Google Maps, 2021

## 05.3. REVITALIZAÇÃO URBANÍSTICA

Com a descaracterização e abandono dessa região, as pessoas têm receio de transitar por ela, sempre tomando outros caminhos e deixando essa região sem uso. Por isso, para transformar essa sensação de medo em confiança, vimos que existiria a necessidade de trabalhar com outros dois terrenos além do já escolhido: o gramado descampado ao lado do estacionamento do Fórum Desembargador Eduardo Luz e as quadras do Instituto Estadual de Educação, o IEE.



FIGURA 8. Localização dos espaços de intervenção. Mapa: Google Maps, 2021.

Com isso, para promover uma melhor integração entre os espaços (FIGURA 8), além da retirada do muro do Instituto - permitindo a abertura do olhar do pedestre que vem de fora (FIGURA 9) - havia a necessidade de diminuição da caixa da Rua Bulcão Viana e retirada do estacionamento existente (FIGURA 10), pois hoje há mais a priorização dos automóveis do que dos pedestres. Dessa maneira, temos uma margem maior de trabalho para integrar melhor os três terrenos em conjunto e priorizarmos o pedestre e diminuindo a velocidade dos carros.



FIGURA 9. Esquina Av. Hercílio Luz com Rua Bulcão Viana. Foto: Google Maps, 2021.



FIGURA 10. Estacionamento na Rua Bulcão Viana. Foto: Google Maps, 2021.

## 05.4. DEFINIÇÕES URBANAS

### 05.4.1. SISTEMA VIÁRIO



FIGURA 11. Sistema Viário Atual. Mapa: Google Maps, 2021.

Durante pesquisa para priorizar os pedestres aos automóveis, observamos que a Rua Bulcão Viana, segundo o plano diretor, é subcoletora, o que resulta ainda mais na priorização dos automóveis. Dessa forma e considerando que a Rua José da Costa Moellman e a Rua Dr. Álvaro Milen da Silveira, paralelas à Bulcão Viana consistem em duas vias coletoras do bolsão de trânsito no entorno da Praça Tancredo Neves, constatamos que não seria necessária a priorização da Bulcão Viana como subcoletora. Dessa forma, conforme FIGURA 12, decidimos transformá-la em via local, para retirar o excesso de veículos e priorizar os pedestres mesmo mantendo os sentidos atuais das vias que mantêm um fluxo sem percalços no entorno. Além disso, apesar do transporte

público possuir linhas apenas na Av. Hercílio Luz e Av. Mauro Ramos, não há necessidade de mudá-las, apenas inserindo dois pontos de ônibus, um na entrada e outro na saída da Rua Bulcão Viana para condução ao local de implantação do projeto.



FIGURA 12. Sistema Viário após mudanças. Mapa: Google Maps, 2021.

### 05.4.2. QUADRO DE NECESSIDADES

Com desenrolar do desenvolvimento do projeto do Centro de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua visando a reintegração do cidadão em situação de rua à sociedade e também com a procura por diminuir o "pré-conceito" das pessoas sobre eles, buscou-se sempre trabalhar com espaços compartilhados que possibilitem a convivência diária, seja das mais diversas pessoas em situação de rua, seja das pessoas de fora que venham usufruir do espaço público existente.

Diante de tal objetivo, existiu levantamento sobre quais seriam os principais serviços para o auxílio às pessoas em situação de rua, debate com instituições voluntárias, reunião com arquitetos e trabalhadores voluntários, além da procura e visualização de projetos e trabalhos já desenvolvidos com objetivo igual ou similar.

Por consequência, a união de diversas propostas com o partido arquitetônico e urbanístico fez com que escolhêssemos a divisão do quadro de necessidades em três frentes principais para que pudéssemos dividir o projeto da melhor maneira, com organização e objetividade, onde pelo próprio desenho urbano já conseguiríamos distinguir quais são os os pontos principais da intervenção: o espaço público de lazer, o espaço assistencial e o espaço íntimo

ESPAÇO DE LAZER	ESPAÇO ASSISTENCIAL	ESPAÇO ÍNTIMO
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quadras poliesportivas.</li> <li>- Espaços sombreados p/ descanso.</li> <li>- Espaços p/ skates e bicicletas.</li> <li>- Café e Vestiários.</li> <li>- Anfiteatro.</li> <li>- Arquibancada.</li> <li>- Hortas.</li> <li>- Academia ao ar livre.</li> <li>- Parquinho para crianças.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ambulatório.</li> <li>- Atendimento psicológico e psiquiátrico.</li> <li>- Salas de aula (EJA e Capacitação Técnica).</li> <li>- Restaurante público.</li> <li>- Administração das sociedades civis.</li> <li>- Administração dos órgãos públicos.</li> <li>- Espaço para realização de 1ª via e 2ª via de documentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Barbeiro, cabeleireiro e manicure.</li> <li>- Petplace.</li> <li>- Biblioteca.</li> <li>- Lavanderia.</li> <li>- Dormitórios.</li> <li>- Vestiários.</li> <li>- Estacionamento p/ carrinhos de coleta.</li> <li>- Espaços de estar p/ família.</li> <li>- Espaços de estar integrados.</li> </ul>

### 05.4.3. PARTIDO ARQUITETÔNICO

Durante o desenvolvimento deste projeto, diversos foram os croquis feitos com estudos relacionados a novas edificações e até mesmo alguns estudos com modificações direcionadas à edificação já existente no terreno. Contudo, grande parte destes estudos foram descartados e apenas o estudo exibido pela FIGURA 13 foi capaz de ilustrar da melhor maneira a intenção arquitetônica do centro de acolhimento: utilizar estruturas mímicas à estrutura existente - com a intenção de não criar duas edificações distintas, mas criar um conjunto de edifícios de apoio às pessoas em situação de rua - adotar o mesmo pé direito para as duas edificações e, principalmente, separar o terreno em dois fluxos principais: o público, mais horizontal (cor vermelha) e o privado, mais vertical (cor laranja), pois apesar das pessoas em situação de rua também conseguirem utilizar quaisquer fluxos que queiram, seria interessante a adoção de fluxos que se distinguíssem do geral para que houvesse a conformação de ambientes protegidos e íntimos. Ainda utilizando os fluxos e o pé direito mais contido, o partido propõe, com a colocação da nova edificação nos fundos do terreno, a criação de um átrio central de fluxo contínuo entre as edificações (FIGURA 14) que proporcione o contato direto entre as pessoas em situação de rua e o público geral, causando uma sensação de interligação entre todas as partes do projeto arquitetônico, ou seja, um centro de acolhimento com o objetivo de reintegração e não distanciamento.

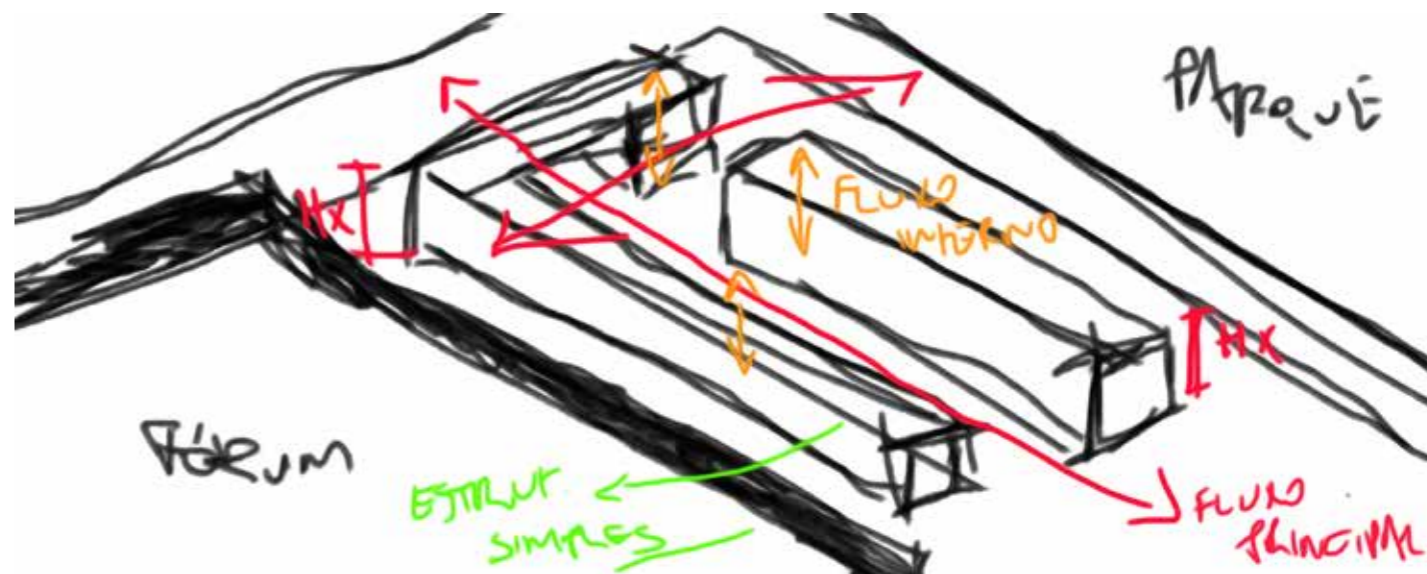


FIGURA 13. Croqui inicial de partido arquitetônico.

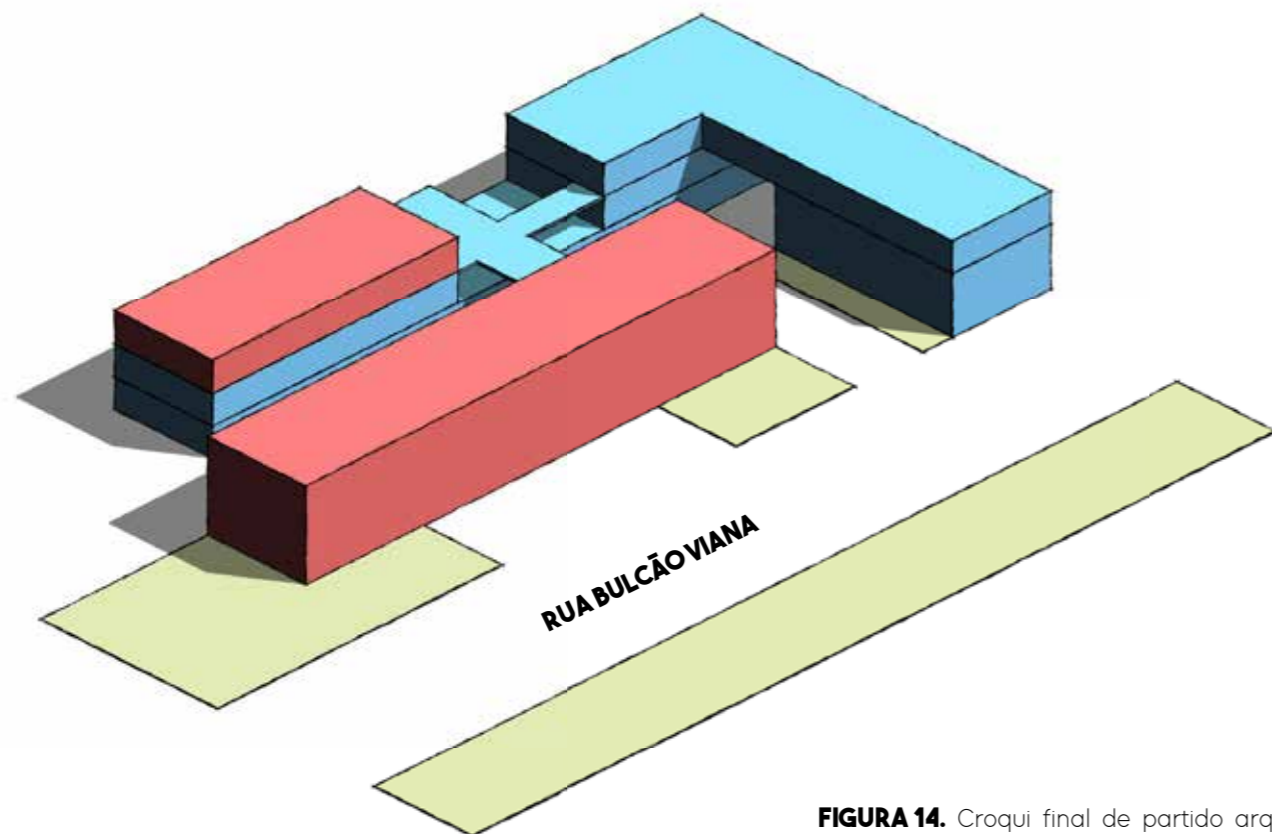


FIGURA 14. Croqui final de partido arquitetônico.

#### 05.4.4. PARTIDO URBANÍSTICO

A partir de estudos apresentados e averiguação do entorno do terreno, percebeu-se que seria interessante, primeiro, identificar quais seriam os fluxos principais e importantes para a área de intervenção.

Dessa maneira, ao separarmos quais fluxos são prioritários para veículos (Rua Bulcão Viana e Rua Eng. Newton Valente da Costa) tivemos a primária intenção de transformar esse fluxo rápido em prioritário aos pedestres, com a proposta de elevar as duas ruas para o nível da calçada.

Decidido isso e posteriormente com o reconhecimento de quais seriam os fluxos naturais de pedestres - fluxo proveniente da Praça XV de Novembro, fluxo oriundo das comunidades próximas, fluxo derivado da Praça Tancredo Neves - houve a decisão de liberar tais direcionamentos de obstáculos para dar uma sensação de fluidez e naturalidade ao espaço público na tentativa de criar ambientes que fossem capazes de propiciar naturalidade na vinda do público em geral para a área de intervenção. Além disso, também decidiu-se deslocar itens chamativos, ou seja, aqueles que originam um maior fluxo de membros externos - como espaços artísticos, edifícios de apoio e parquinho para as crianças - para as proximidades das quadras já construídas, logo acima da Rua Bulcão Viana. Assim, conseguiríamos prover espaços com capacidade de atender diferentes atividades e que, naturalmente, induzissem as pessoas a utilizarem eles de maneira diária, reintegrando a região urbanisticamente com outros locais, como a Praça XV e as comunidades vizinhas.

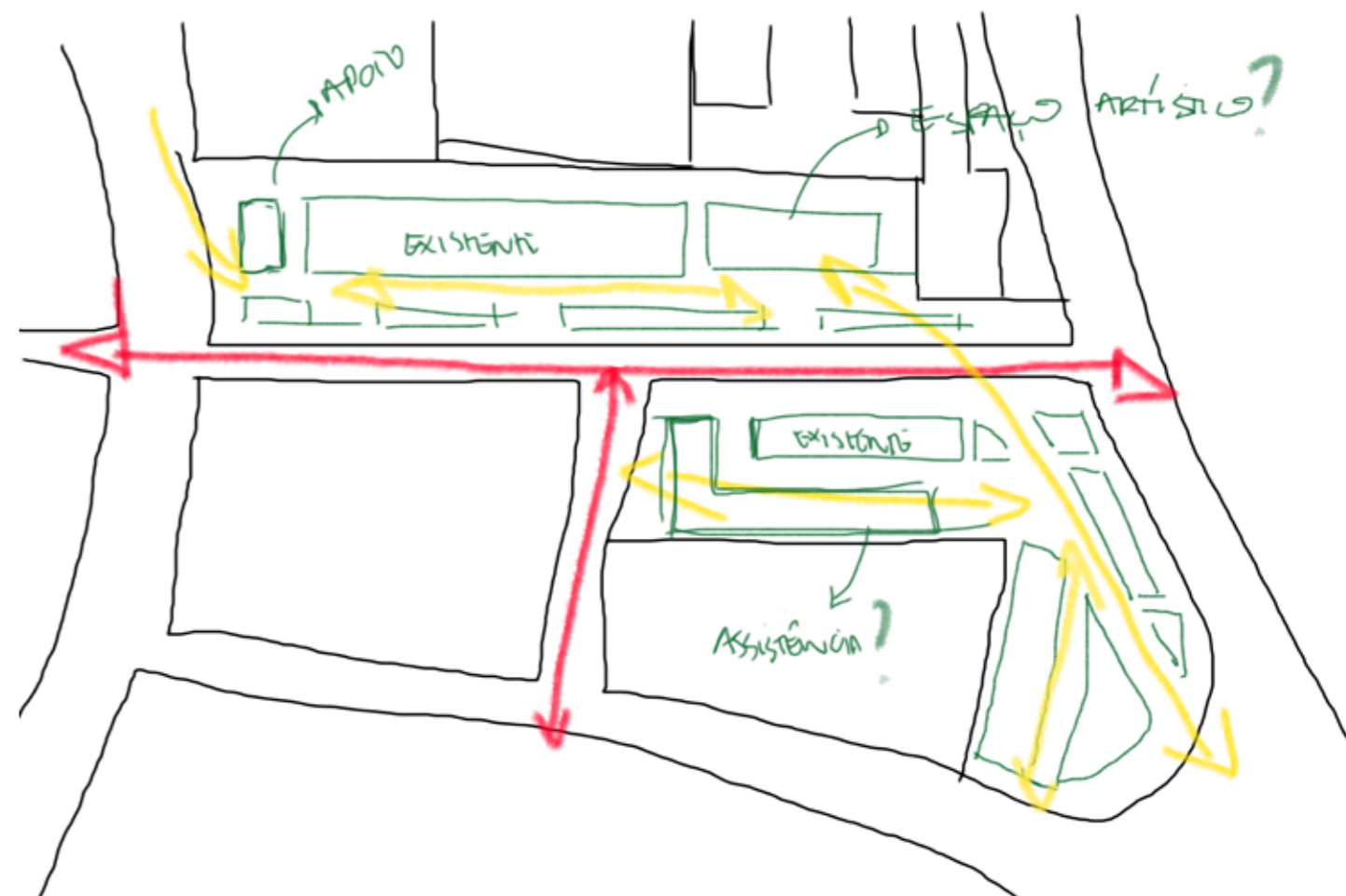


FIGURA 15. Croqui de partido urbanístico.

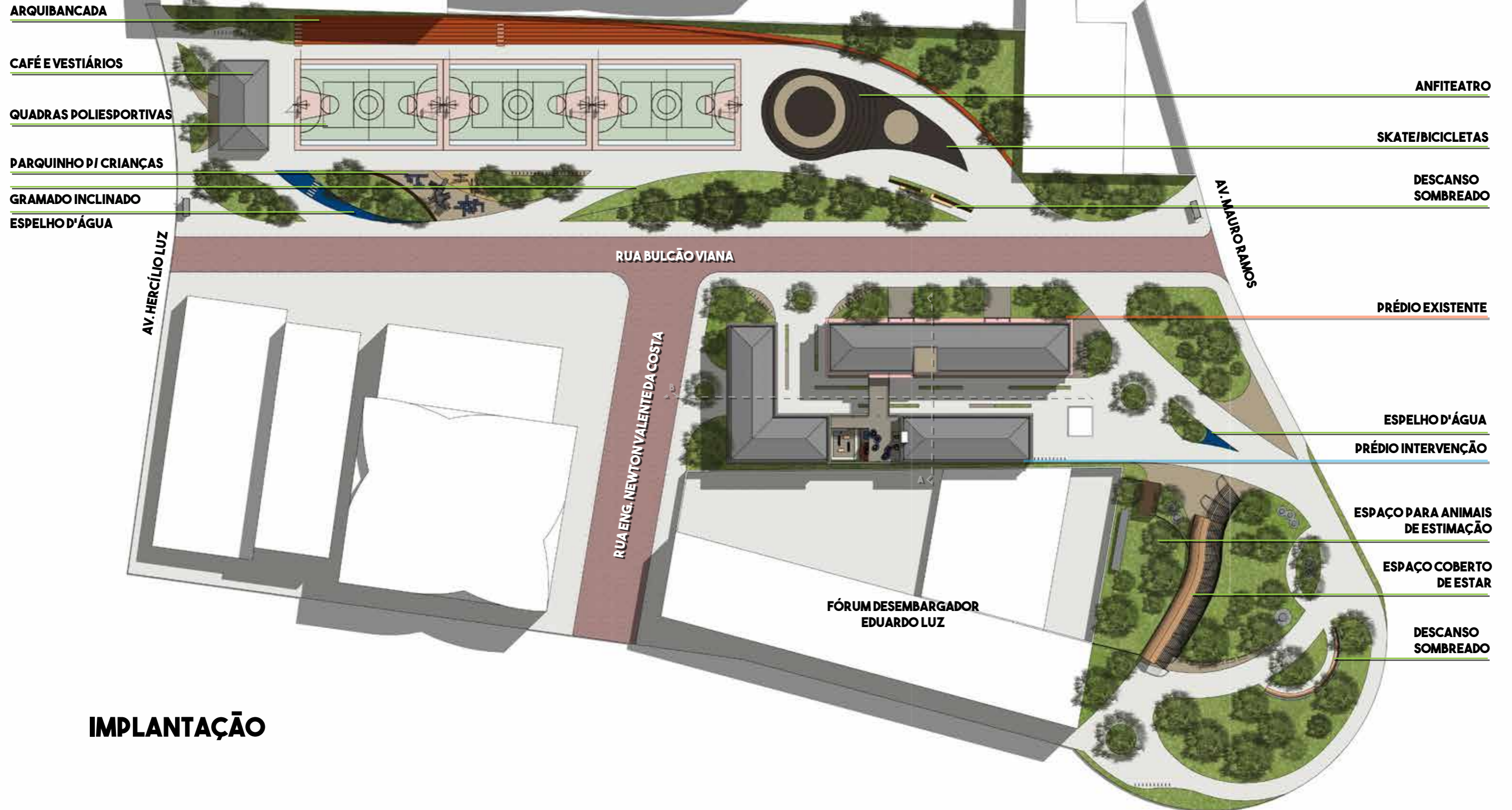


FIGURA 16. Croqui final de partido urbanístico.



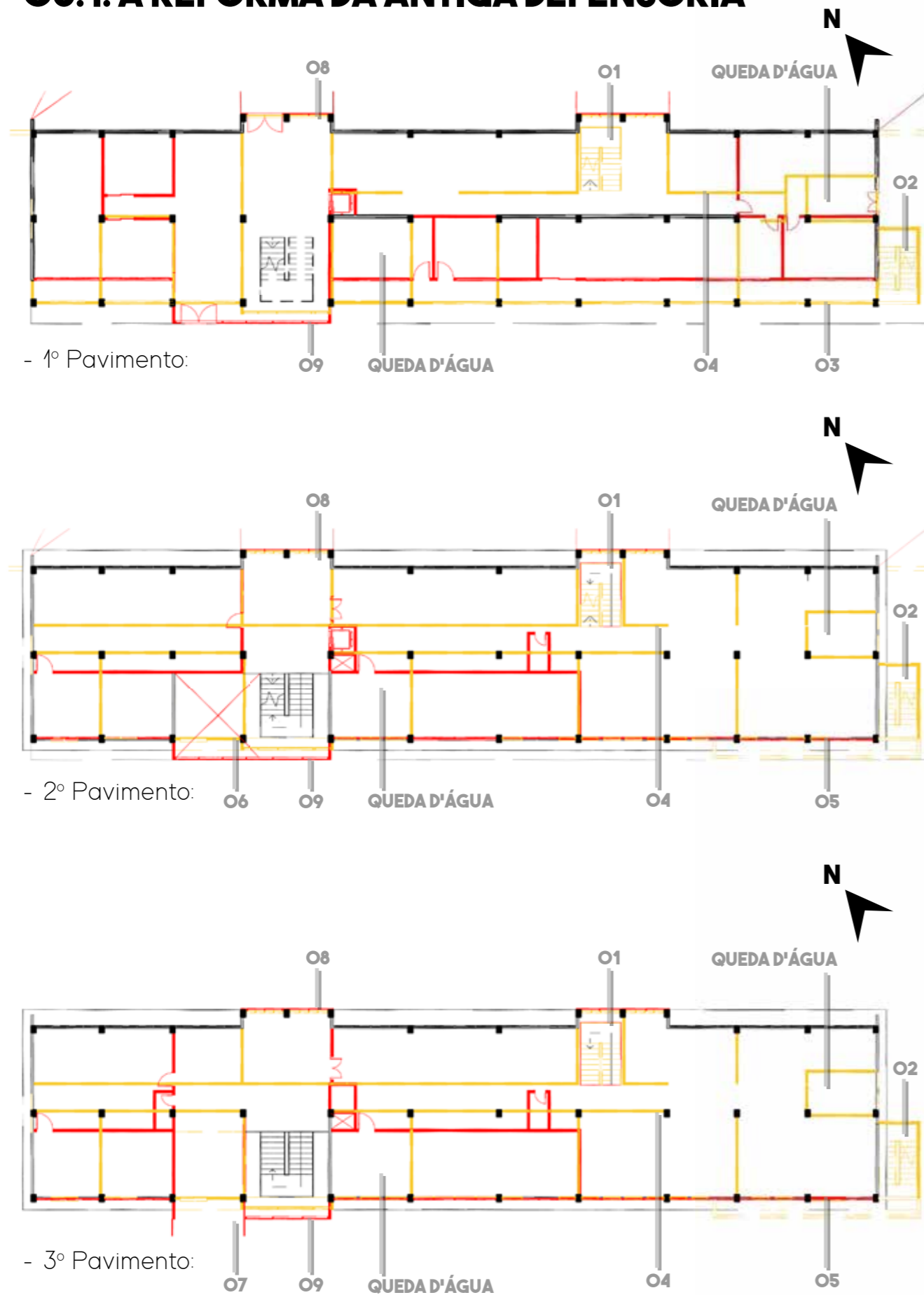
# O6. O ESPAÇO DE ACOLHIMENTO

0M 10M 50M



**IMPLANTAÇÃO**

## O6.1. A REFORMA DA ANTIGA DEFENSORIA



01 - Retirada da escada secundária existente para melhor aproveitamento do espaço interno. Seu vazio será preenchido com concreto.

02 - Retirada da escada externa por não existir propósito arquitetônico para sua manutenção.

03 - A fachada interna teve suas paredes do térreo recuadas para não comprimirem o espaço entre edificações, o que permite um espaço mais aberto, livre e fluído.

04 - Nos três pavimentos existirão reformas internas de forma a retirar todas as divisórias e banheiros, aproveitando apenas as quedas d'água e escada principal para o novo layout.

05 - Na fachada interna da edificação, para se adequar ao desenho da fachada principal, foram substituídas as esquadrias antigas e retirada as muretas que protegiam as condensadores de ar condicionado.

06 - Retirada de parte da laje para aumento do pé direito no hall de entrada ao lado da escada principal.

07 - Construção de passarela para ligação entre o prédio existente e o prédio a ser construído.

08 - Atualização das esquadrias da fachada principal.

09 - Deslocamento da parede interna e substituição das esquadrias de vidro para melhor aproveitamento do espaço interno da escada principal.



## 06.2. A NOVA E ANTIGA ARQUITETURA

- Gabarito: adoção de 3 pavimentos na nova edificação para não destoar da edificação já existente.

- Estrutura:

- Edifício existente: manutenção das estruturas simples com mudança apenas nas esquadrias e fechamento do vazio das escadas retiradas.

- Nova edificação: utilização de laje nervurada para comportar um vão livre com nove metros, manter a simplicidade e permitir a organização do layout de maneira mais fluida. A estrutura, segundo (REBELLO, 200, pág. 166), teria cerca de 30 cm de espessura.

- Modulação: utilização de malha com 5x5 metros, sempre partindo da mesma lógica construtiva da edificação existente.

- Opacidade e permissividade: menor ênfase na utilização de vidros espelhados e superfícies reflexivas nas edificações, dando um maior destaque às faces opacas, espaços abertos e vidros com pouca reflexão, permitindo a entrada de luz nas edificações e evitando que as pessoas em situação de rua fiquem acudadas a entrarem nos espaços.

## 06.3. A INTENÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

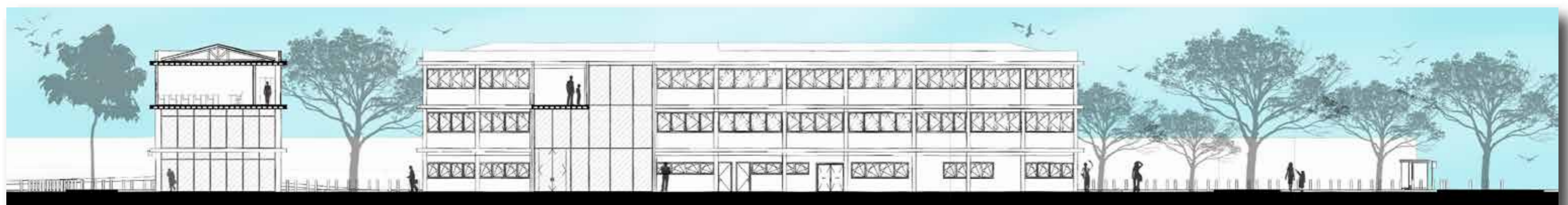
- Linearidade de vistas: não utilização de barreiras visuais que possam vir a interferir na visão de quem está caminhando pelo espaço público. Com isso, evitamos a criação de pontos cegos pelo parque, criando uma sensação ainda maior de segurança para o público geral.

- Possibilidades: playgrounds amplos e distribuídos pelo espaço público, brinquedos modulares e espaços para descanso sombreados que variam de função de acordo com o usuário. Quadras poliesportivas para prática de diferentes esportes c/ estrutura de apoio (vestiário e arquibancada) que também podem ser utilizadas para apresentações culturais, além de um anfiteatro que se divide entre apresentações e prática de esportes radicais.

- Vegetação: utilização de árvores nativas e altas, bem sombreadas, com a mistura e permeio de árvores frutíferas locais que formam locais de espera e sombra ao longo do parque. Além disso, há a manutenção das árvores existentes paralelas à Rua Bulcão Viana.



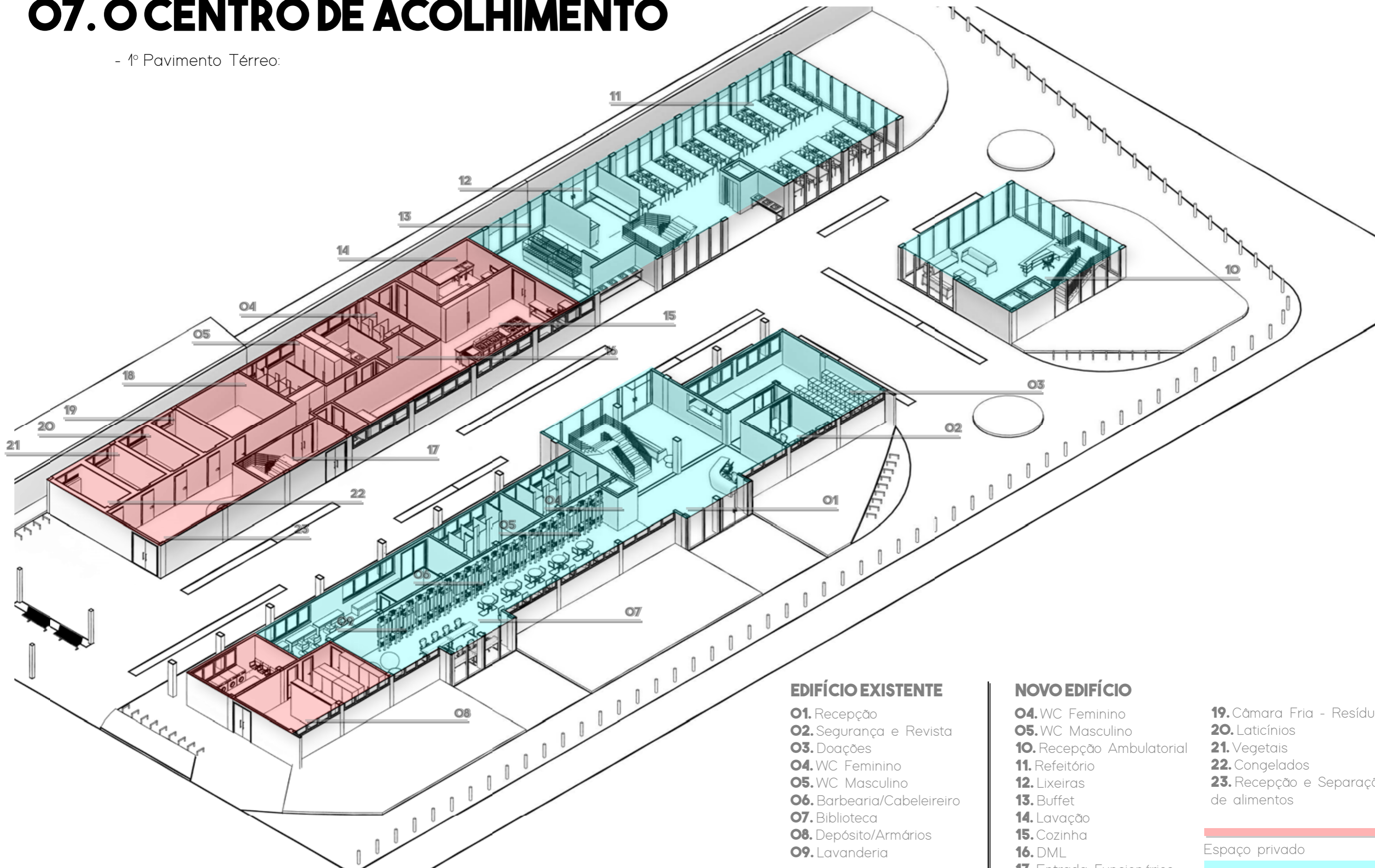
**CORTE AA**



**CORTE BB**

# 07. O CENTRO DE ACOLHIMENTO

- 1º Pavimento Térreo:



## EDIFÍCIO EXISTENTE

- 01. Recepção
- 02. Segurança e Revista
- 03. Doações
- 04. WC Feminino
- 05. WC Masculino
- 06. Barbearia/Cabeleireiro
- 07. Biblioteca
- 08. Depósito/Armários
- 09. Lavanderia

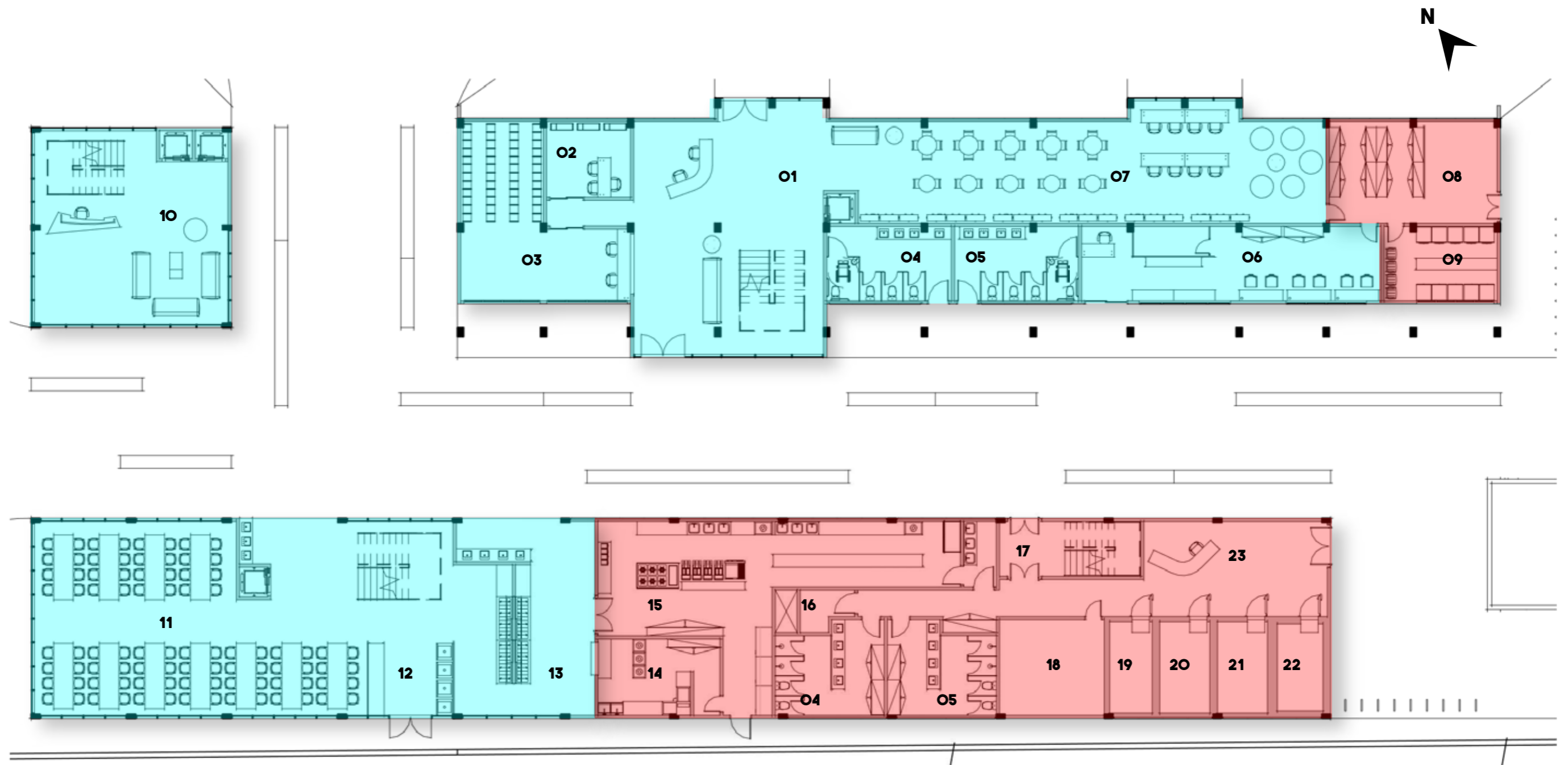
## NOVO EDIFÍCIO

- 04. WC Feminino
- 05. WC Masculino
- 10. Recepção Ambulatorial
- 11. Refeitório
- 12. Lixeiras
- 13. Buffet
- 14. Lavação
- 15. Cozinha
- 16. DML
- 17. Entrada Funcionários
- 18. Secos

- 19. Câmara Fria - Resíduos
- 20. Laticínios
- 21. Vegetais
- 22. Congelados
- 23. Recepção e Separação de alimentos

— Espaço privado

— Espaço público



### EDIFÍCIO EXISTENTE

- 01.** Recepção
- 02.** Segurança e Revista
- 03.** Doações
- 04.** WC Feminino
- 05.** WC Masculino
- 06.** Barbearia/Cabeleireiro
- 07.** Biblioteca
- 08.** Depósito/Armários
- 09.** Lavanderia

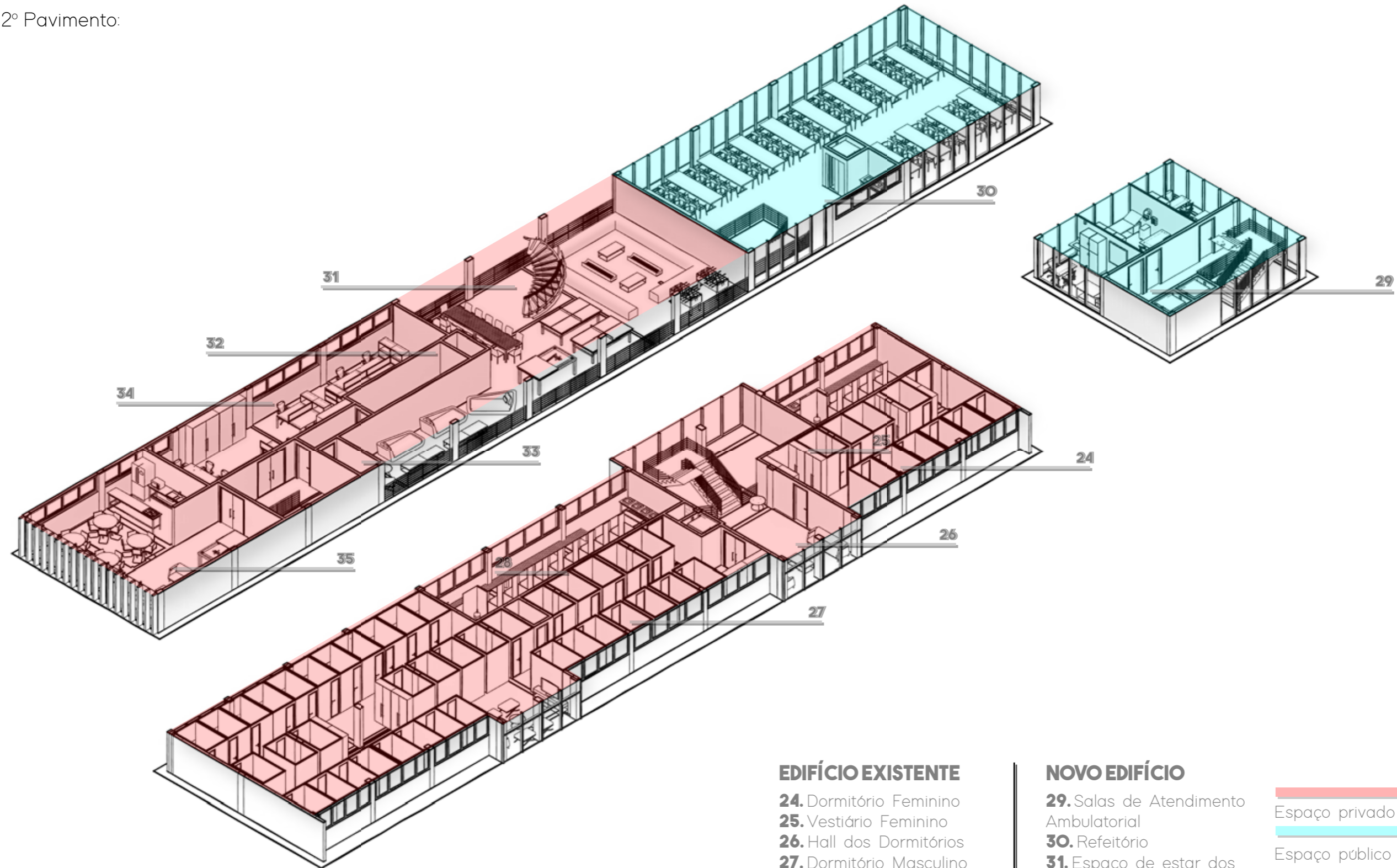
### NOVO EDIFÍCIO

- 04.** WC Feminino
- 05.** WC Masculino
- 10.** Recepção Ambulatorial
- 11.** Refeitório
- 12.** Lixeiras
- 13.** Buffet
- 14.** Lavação
- 15.** Cozinha
- 16.** DML
- 17.** Entrada Funcionários
- 18.** Secos
- 19.** Câmara Fria - Resíduos
- 20.** Laticínios
- 21.** Vegetais
- 22.** Congelados
- 23.** Recepção e Separação de alimentos

0M 2,5M 5M 10M

- Espaço privado
- Espaço público

- 2º Pavimento:



### EDIFÍCIO EXISTENTE

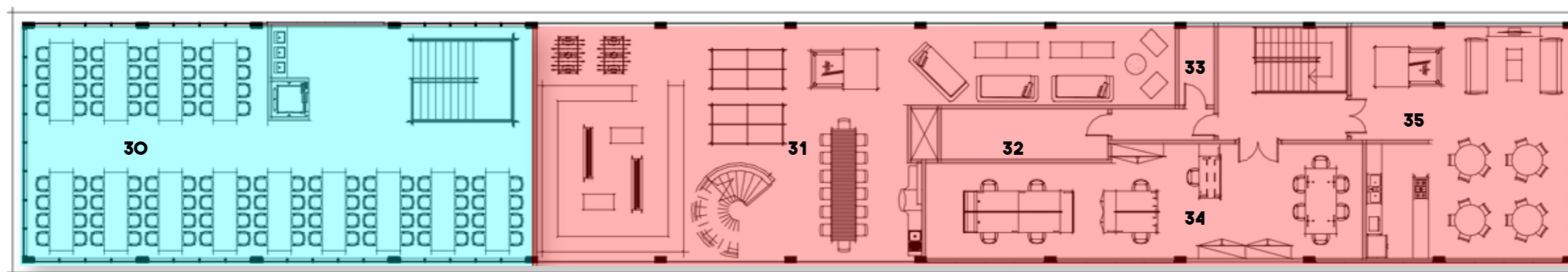
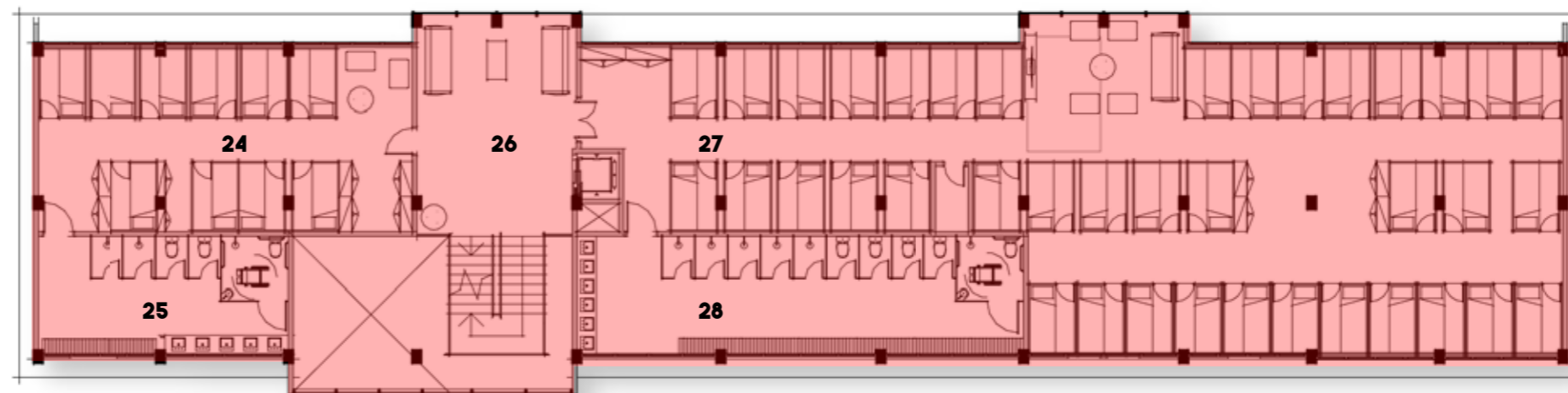
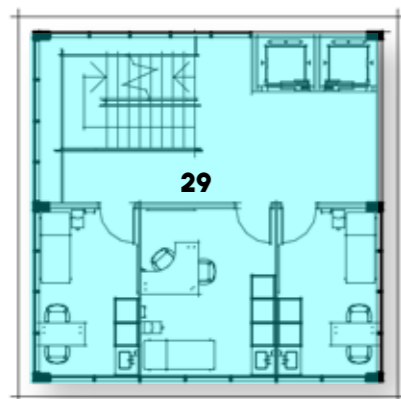
- 24. Dormitório Feminino
- 25. Vestiário Feminino
- 26. Hall dos Dormitórios
- 27. Dormitório Masculino
- 28. Vestiário Masculino

### NOVO EDIFÍCIO

- 29. Salas de Atendimento Ambulatorial
- 30. Refeitório
- 31. Espaço de estar dos moradores
- 32. Espaço p/ os servidores de segurança e informática
- 33. DML
- 34. Adm. do Restaurante
- 35. Copa Func. Restaurante

— Espaço privado

— Espaço público



### EDIFÍCIO EXISTENTE

- 24.** Dormitório Feminino
- 25.** Vestiário Feminino
- 26.** Hall dos Dormitórios
- 27.** Dormitório Masculino
- 28.** Vestiário Masculino

### NOVO EDIFÍCIO

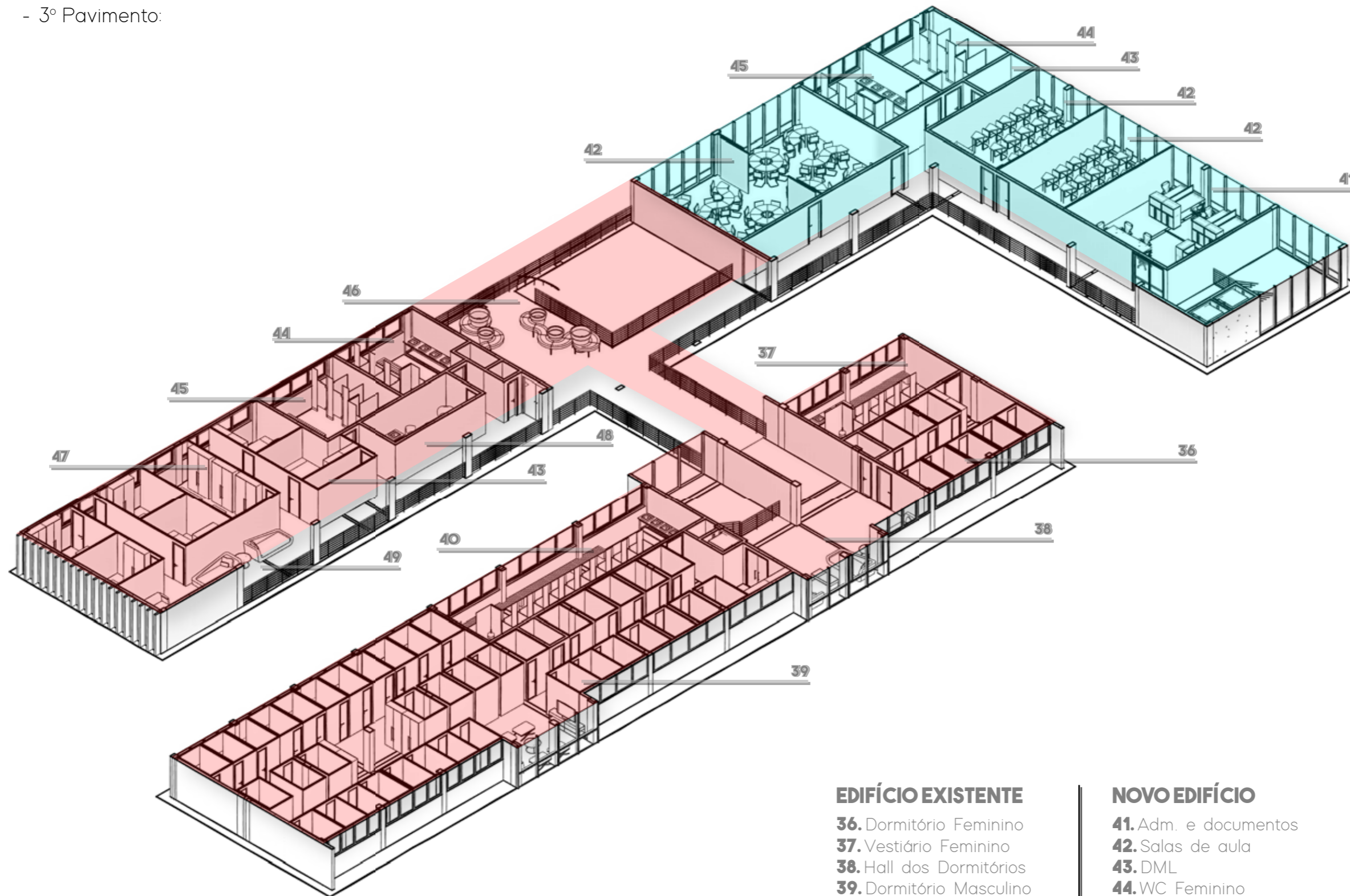
- 29.** Salas de Atendimento Ambulatorial
- 30.** Refeitório
- 31.** Espaço de estar dos moradores
- 32.** Espaço p/ os servidores de segurança e informática
- 33.** DML
- 34.** Adm. do Restaurante
- 35.** Copa Func. Restaurante

0M 2,5M 5M 10M

Espaço privado

Espaço público

- 3º Pavimento:



### EDIFÍCIO EXISTENTE

- 36. Dormitório Feminino
- 37. Vestiário Feminino
- 38. Hall dos Dormitórios
- 39. Dormitório Masculino
- 40. Vestiário Masculino

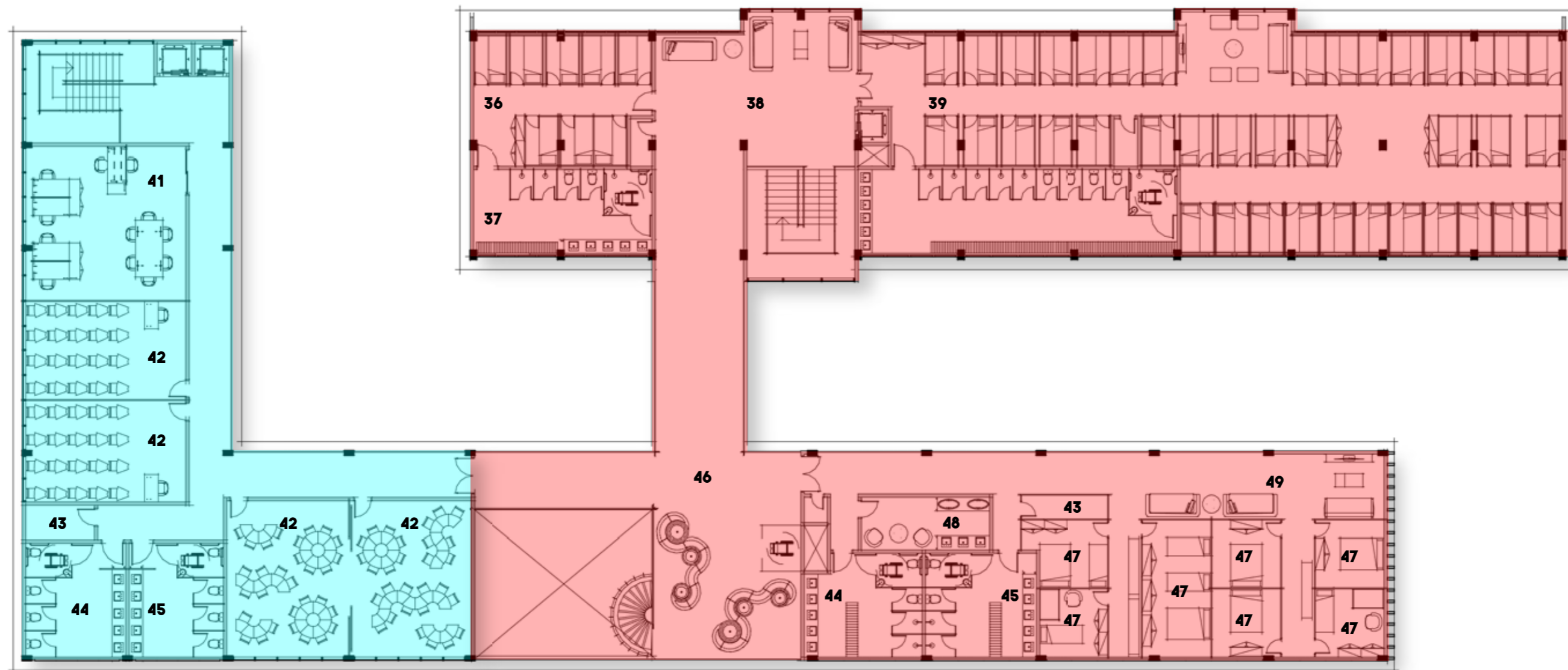
### NOVO EDIFÍCIO

- 41. Adm. e documentos
- 42. Salas de aula
- 43. DML
- 44. WC Feminino
- 45. WC Masculino
- 46. Circulação entre prédios
- 47. Dormitório familiar modular (3x3m, 6x3m, 6x6m)
- 48. Fraldário
- 49. Estar compartilhado

Espaço privado

Espaço público







### EDIFÍCIO EXISTENTE

- 36.** Dormitório Feminino
- 37.** Vestiário Feminino
- 38.** Hall dos Dormitórios
- 39.** Dormitório Masculino
- 40.** Vestiário Masculino

### NOVO EDIFÍCIO

- 41.** Adm. e documentos
- 42.** Salas de aula
- 43.** DML
- 44.** WC Feminino
- 45.** WC Masculino
- 46.** Circulação entre prédios
- 47.** Dormitório familiar modular (3x3m, 6x3m, 6x6m)
- 48.** Fraldário
- 49.** Estar compartilhado

0M 2,5M 5M 10M

-  Espaço privado
-  Espaço público



**FIGURA 21.** Perspectiva Anfiteatro/Bowl Skate



**FIGURA 22.** Perspectiva Entrada Prédio Existente.



**FIGURA 23.** Perspectiva Anfiteatro/Bowl Skate



**FIGURA 24.** Perspectiva Prédio de Suporte c/ vestiários e quadras poliesportivas.



**FIGURA 25.** Perspectiva Anfiteatro/Bowl Skate e Quadras poliesportivas.



**FIGURA 26.** Perspectiva Entrada Prédio Existente



**FIGURA 27.** Perspectiva Parquinho para Crianças.



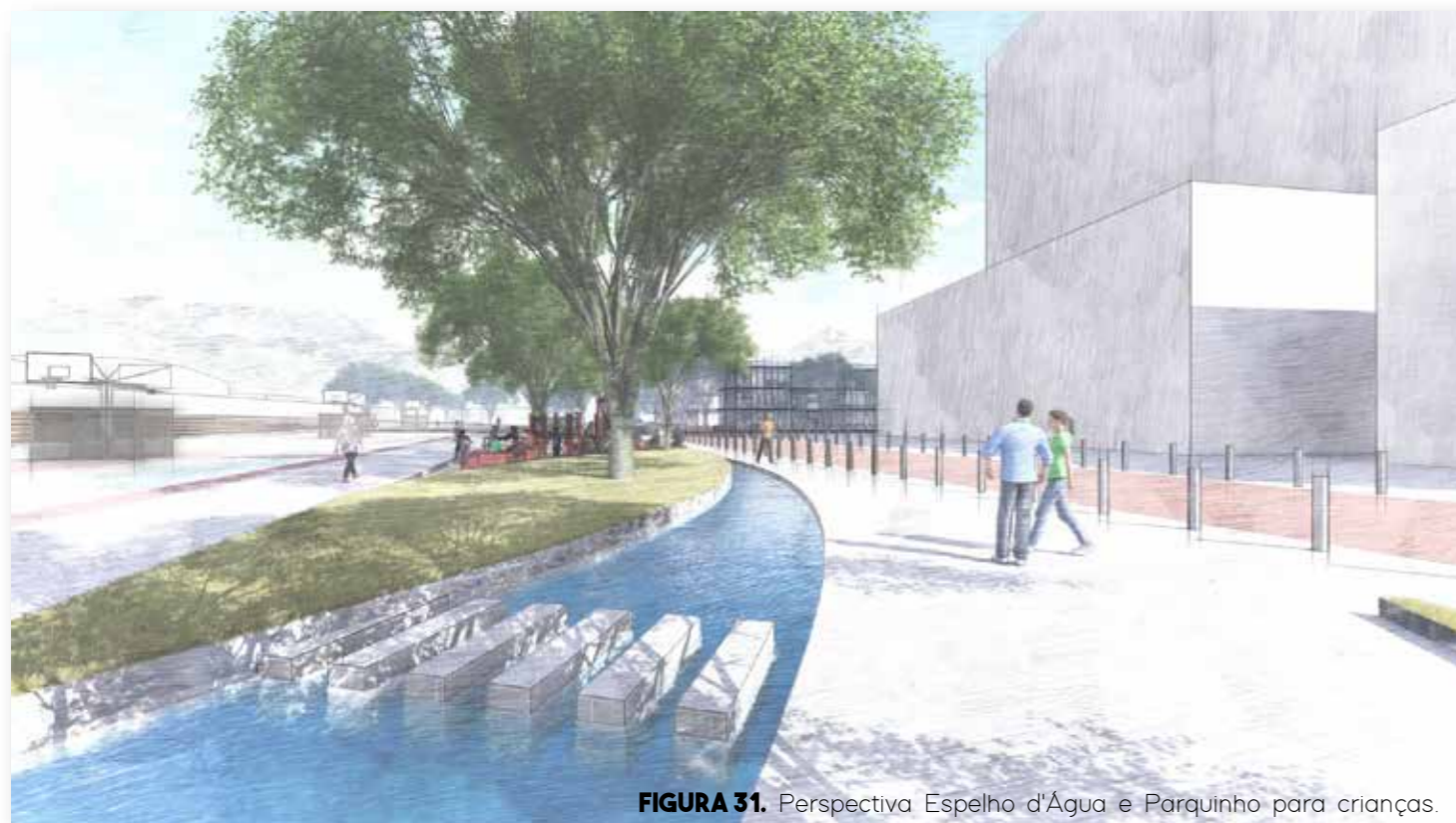
**FIGURA 28.** Perspectiva Gramado Inclinado.



**FIGURA 29.** Perspectiva Parquinho para crianças.



**FIGURA 30.** Perspectiva Fachada Principal.



**FIGURA 31.** Perspectiva Espelho d'Água e Parquinho para crianças.



**FIGURA 32.** Perspectiva Entrada pela Rua Bulcão Viana.



**FIGURA 33.** Perspectiva Entrada pela Rua Bulcão Viana.



**FIGURA 34.** Perspectiva Refeitório do Restaurante, Nova Edificação.



**FIGURA 35.** Perspectiva Entrada pela Rua Eng. Newton Valente da Costa.



**FIGURA 36.** Perspectiva Sala de Espera Ambulatorial.



**FIGURA 37.** Perspectiva Varanda dos Quartos Modulares de Família.



**FIGURA 38.** Perspectiva Passarela entre Edificações.



**FIGURA 39.** Perspectiva Entre Edificações.



**FIGURA 40.** Perspectiva Espaço de Estar Íntimo dos moradores do Centro.



**FIGURA 41.** Perspectiva Varanda das Salas de Aula.



**FIGURA 42.** Perspectiva Entre Edificações e Entrada de Serviço do Restaurante Público.



**FIGURA 43.** Perspectiva Entre Edificações.



**FIGURA 44.** Perspectiva Entre Edificações e Entrada do Espaço para Animais de Estimação.



**FIGURA 45.** Perspectiva Entrada do Espaço para Animais de Estimação e Espaços de Caminhada.



**FIGURA 46.** Perspectiva Espaço de Estar Coberto.



**FIGURA 47.** Perspectiva Espaço p/ cuidado aos animais de estimação.



**FIGURA 48.** Perspectiva Espaço ao ar livre dos animais de estimação.





**FIGURA 49.** Perspectiva Entrada Espaço de Estar Coberto.



**FIGURA 50.** Perspectiva Espaços de Descanso Sombreado. Vista da Av. Mauro Ramos.



**FIGURA 51.** Perspectiva Espaços de Descanso Sombreado. Vista da Av. Mauro Ramos.



**FIGURA 52.** Perspectiva Espaços de Descanso Sombreado.

## O8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORDELLA, Felipe Machado. **CEGUEIRA MORAL:** a invisibilidade da população em situação de rua. 2018. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RYBERG, Maria Candelária. **CIDADE EDUCADORA:** um novo olhar para o monte cristo. 2019. 123 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FREITAS, Kassiara Kristine de. **ESPAÇO CENTRAL PARA ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.** 2017. 31 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MARTINS, Renata. **PARQUE AMANHECER:** uma rota de fuga diante das armadilhas psicológicas da urbanização. 2018. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MORAES, Nathália Potiguara. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E FORMAÇÃO POLÍTICA:** os aspectos formativos do movimento social. 2015. 15 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

TIENGO, Verônica Martins. **O FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ENQUANTO FRUTO DO CAPITALISMO.** 2018. 12 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. **A CONCEPÇÃO ESTRUTURAL E A ARQUITETURA.** São Paulo, Sp: Zigurate, 2000. 271 p.

KUBOTA, Andréa Cristina; PIRES, Cristiane Brito; NEVES, Luís Paulo. **OMORADOR DE RUA:** perspectivas conceituais. São Camilo, Es: Centro Universitário São Camilo, 2008. 10 p.

MARCONI, Elisa; BICUDO, Francisco. **VIDA NAS RUAS.** 2015. Disponível em: <https://revistagiz.sinprosp.org.br/?p=5858>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MODELLI, Laís. **O QUE FAZ DO BRASIL UM DOS PAÍSES MAIS DESIGUAIS?** 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-faz-do-brasil-um-dos-pa%C3%ADses-mais-desiguais/a-47601760>. Acesso em: 30 jun. 2020.

INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS (Santa Catarina). **DIAGNÓSTICO SOCIAL PARTICIPATIVO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA GRANDE FLORIANÓPOLIS.** Florianópolis: Patropi Comunica, 2017. 26 p.

ROLNIK, Raquel. **AUMENTO NO NÚMERO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA TEM A VER COM REMOÇÕES NA CIDADE.** 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/raudio-usp/aumento-no-numero-de-moradores-de-rua-tem-a-ver-com-remocoes-na-cidade/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil. **OPEN ACCESS CREATIVE COMMONS ATRIBUTION**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 975-1003, set. 2019.

DISTRITO FEDERAL. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **GUIA DE ATUAÇÃO MINISTERIAL:** defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Brasília: Biblioteca CNMP, 2015. 143 p.

CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. **EVOLUÇÃO DO PROCESSO SOCIAL POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:** um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais. 2015. 96 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BRASÍLIA. Marco Antônio Carvalho Natalino. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.** Brasília: Ipea, 2016. 36 p.

RODRIGUES, Cátia. **MASSACRE DA SÉ COMPLETA 11 ANOS.** 2015. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2015/08/massacre-da-se-completa-11-anos>. Acesso em: 13 maio 2020.

LEMÕES, Tiago. Hierarquia, contestação e igualdade: a produção da militância política para a população de rua no Brasil. **OPEN ACCESS CREATIVE COMMONS ATRIBUTION**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 123-141, jan-abr 2019.

GOVERNO FEDERAL, 2008, Brasília. **POLÍTICA NACIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.** Brasília, Df: Governo Federal, 2008. 25 p.

HIRATA, Márcia S.; BESSI, Renata (ed.). **CARTILHA DE FORMAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA.** São Paulo, Sp: MDS/UNESCO/instituto Pólis, 2010. 23 p.

CASA CIVIL. Constituição (2009). **DECRETO Nº 7053**, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

MORETO, Marina; AIRES, Sérgio (ed.). **DIÁLOGOS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E NA EUROPA:** experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília, DF, 2013. 95 p.

SZCZESNY, Letícia. **CONGRESSO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA ABORDA IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA À MORADIA.** 2018. Disponível em: <http://www.fn.org.br/2018/05/29/4o-congresso-nacional-da-populacao-de-rua-aborda-importancia-da-assistencia-a-moradia/>. Acesso em: 13 maio 2020.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **RUA: APREN- DENDO A CONTAR:** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.-- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. 240 p.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O SOCIAL EM QUESTÃO** - Ano XV - nº 28, p. 13-26, 2012.

LIMA, Clinaura Maria de. **AS DIVERSAS FACES DA VIOLÊNCIA E O CONFLITO INTRAFAMILIAR.** Brasília: UNB, 2016. 29 slides, color.

**PESQUISA CONFRONTA MITOS E PRECONCEITOS SOBRE MORADORES DE RUA.** 2015. Disponível em: <https://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2015/04/pesquisa-confronta-mitos-e-pre-conceitos-sobre-moradores-de-rua/>. Acesso em: 14 maio 2020.

**FAQ: CENSO SUAS.** Censo SUAS. Disponível em: <http://mds.gov.br> Acesso em: 14 maio 2020.

CORTIZO, Roberta Mélega. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL:** o que os dados revelam?. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2019. 23 p.

**OCADASTRO ÚNICO.** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 15 maio 2020.

**SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS – SCNT.** 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 maio 2020.

**PAINEL DE MONITORAMENTO SOCIAL.** 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/>. Acesso em: 20 maio 2020.

CHAGA, Waldeci Ferreira. **RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL.** 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-estrutural-no-brasil/>. Acesso em: 21 maio 2020.

OLIVEIRA, Maria Sylvia de; TEODORO, Helena. **ENTENDA O QUE É RACISMO ESTRUTURAL.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entenda-o-que-e-racismo-estrutural/>. Acesso em: 21 maio 2020.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **DESAFORTUNADOS:** um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998. 528 p

SARMENTO, Rosana Sousa de Moraes. **A ASSISTÊNCIA SOCIAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:** um estudo na cidade de Florianópolis/sc. 2015. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

**PROJETOS.** 2020. Disponível em: <https://redecomarua.org.br/projetos>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SANTA CATARINA (Estado). Constituição (1985). **LEI Nº 6745,** de 28 de dezembro de 1985. Este Estatuto estabelece o regime jurídico dos funcionários públicos civis dos Três Poderes do Estado e do Tribunal de Contas. . Florianópolis, SC,

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **ORIENTA- ÇÕES TÉCNICAS:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 116 p.

SANTA CATARINA (Estado). Constituição (2019). **DECRETO Nº 19900,** de 14 de Fevereiro de 2019. Este Decreto institui o Comitê de acompanhamento e monitoramento da política municipal para a população em situação de rua e dá outras providências. Prefeitura de Florianópolis, SC.

**GOVERNO FAZ ORIENTAÇÕES PARA ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DURANTE PANDEMIA.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2020.

MEDEIROS, Juliana. **SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.** 2018. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/servico-especializado-para-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 27 set. 2020.

OLIVEIRA, Íris de. **CENTRO DE ACOLHIMENTO E APOIO AO MORADOR DE RUA.** 2015. 147 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2015.

MIAGUTI, Melissa. **POPULAÇÃO DE RUA:** arquitetura e espaço urbano. 2016. 132 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

**INSTITUTO MOREIRA SALLES.** 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br>. Acesso em: 29 jul. 2020.

**ESCOLA DE DANÇA AURÉLIE-DUPONT.** 2016. Disponível em: [archdaily.com.br](http://archdaily.com.br). Acesso em: 29 jul. 2020.

**CENTRO CULTURAL PORTO SEGURO.** 2016. Disponível em: [archdaily.com.br](http://archdaily.com.br). Acesso em: 29 jul. 2020.

**THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER.** 2011. Disponível em: [archdaily.com.br](http://archdaily.com.br). Acesso em: 29 jul. 2020.

**BUDCLARK COMMONS.** 2011. Disponível em: [archdaily.com.br](http://archdaily.com.br). Acesso em: 29 jul. 2020.

**DESIGN FOR HOMELES SHELTER IN SAN LUIS OBISPO AWARDED.** 2011. Disponível em: [archdaily.com.br](http://archdaily.com.br). Acesso em: 29 jul. 2020.

**"RE-HABIT" TRANSFORMS EMPTY BIG BOX STORES INTO HOUSING FOR THE HOMELESS.** 2018. Disponível em: [archdaily.com.br](http://archdaily.com.br). Acesso em: 29 jul. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **33: NORMA OPERACIONAL BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012. 64 p.

Revista CREAS: **CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** -- Ano 2, n. 1, 2008. -- Brasília: MDS, 2008 --. v. : il. Color.

NÉLSIS, Camila Magalhães et al. **LEVANTAMENTO SOBRE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SANTA CATARINA**. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, 2019. 10 p.

NASCIMENTO, Marília Noronha Costa do Nascimento; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Ações das equipes volantes de CRAS no interior do Rio Grande do Norte. **ESTUDOS DE PSICOLOGIA** - 23(2), p. 122-132, abr-jun 2018.

**SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)**. 2020. Disponível em: <https://www.prattein.com.br/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS**. Reimpressão 2014. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. 64 p.

GARZON, Matheus. **VÍDEOS**: DFlegal recolhe pertences de moradores de rua do setor comercial. DF Legal recolhe pertences de moradores de rua do Setor Comercial. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/videos-df-legal-recolhe-pertences-de-moradores-de-rua-do-setor-comercial>. Acesso em: 21 set. 2020.

SOUZA, Robson Fernando de. **INTRODUÇÃO AO VEGANISMO INTERSECCIONAL**: respondendo a 10 perguntas sobre essa forma amadurecida do veganismo. respondendo a 10 perguntas sobre essa forma amadurecida do veganismo. 2017. Disponível em: <https://veganagente.com.br/introducao-veganismo-interseccional/>. Acesso em: 02 out. 2020.

**VEGANISMO E ANTIESPECISMO**. 2018. Disponível em: <https://www.animal-ethics.org>. Acesso em: 02 out. 2020.

SILVEIRA, Rafael Brito; ALVES, Maikon Passos Amiltos; MURARA, Pedro. Estudo de caracterização da direção predominante dos ventos no litoral de Santa Catarina. **X SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA** - p. 380-392, 2014.

**HOTEL CÁPSULA NINE HOURS** 2019. Disponível em: [archdaily.com.br](http://archdaily.com.br). Acesso em: 05 out. 2020.

**KYOTO CAPSULE HOTEL**. 2019. Disponível em: [archdaily.com.br](http://archdaily.com.br). Acesso em: 05 out. 2020.

**SHIBARA HOUSE OFFICE BUILDING**. 2011. Disponível em: [designboom.com/](http://designboom.com/). Acesso em: 05 out. 2020.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. **IN 009**: Sistema de Saídas de Emergência. Florianópolis: Diretoria de Atividades Técnicas, 2014. 46 p.

Brasil. Ministério da Saúde. **PROGRAMAÇÃO ARQUITETÔNICA DE UNIDADES FUNCIONAIS DE SAÚDE**. Volume 1 - Atendimento Ambulatorial e Atendimento Imediato. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria Executiva, Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento. 2011. 145 p.

SOMAVILLA, Géssica Piovesan; LOPES, Dr. Caryl Eduardo Jovanovich. Orientações técnicas, legais e normativas para projetos de espaços destinados a serviços de alimentação coletiva. **REVISTA DE ARQUITETURA DA IMED** - v.2, n.2, 2013, p. 108-122.

GARCIA, Cecília. **A PRAÇA COMO LUGAR DE RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DURANTE E PÓS-PANDEMIA**. 2020. Disponível em: [archdaily.com.br](http://archdaily.com.br). Acesso em: 16 dez. 2020.

**CONGO KINTELE CONGRESS CENTER**. Disponível em: [arch2o.com/](http://arch2o.com/). Acesso em: 16 dez. 2020.

LANGAR, Suneet Zishan. **BEYOND REFUGEE HOUSING: 5 EXAMPLES OF SOCIAL INFRASTRUCTURE FOR DISPLACED PEOPLE**. 2020. Disponível em: [archdaily.com](http://archdaily.com). Acesso em: 16 dez. 2020.

OTT, Clara. **CERRO LA CRUZ HOUSE / TURNER ARQUITECTOS**. 2020. Disponível em: [archdaily.com](http://archdaily.com). Acesso em: 16 dez. 2020.

ENG, Eddie. **FIRST CABIN IS A LUXURIOUS TAKE ON JAPANESE CAPSULE HOTELS**. 2015. Disponível em: [hypebeast.com](http://hypebeast.com). Acesso em: 16 dez. 2020.

NAVARRO, Pedro. **SLEEPBOX HOTEL TVERSKAYA, EL PRIMER HOTEL CÁPSULA DE RUSIA**. 2013. Disponível em: [metalocus.es](http://metalocus.es). Acesso em: 16 dez. 2020.

SOUZA, Aline dos Santos; DAMASCENO, Bárbara Caetano; CARMO, Carolina Guida Cardoso; CAVALCANTE, Yasmin Arielly. A Arquitetura e Urbanismo enquanto ferramenta de atuação social no território ocupado. **III ICHT 2019**: Colóquio Internacional Imaginário: Construir e Habitar a Terra, Deformações, deslocamentos e devaneios - p. 433-447, abr 2019.